

 **Texto**
para discussão

252

Era uma vez, O Mundo

Fernando Nogueira da Costa

Fevereiro 2015

Instituto de Economia
UNICAMP 



Era uma vez, O Mundo

Fernando Nogueira da Costa ¹

Resumo

O objetivo deste Texto para Discussão é servir de guia para contextualização dos filmes apresentados e debatidos no Curso Economia no Cinema. A metodologia de exposição empregada foi a sugerida por roteiros cinematográficos. Na Introdução (“*Era uma vez*”), a trama (a evolução da humanidade) e o personagem (o ser humano) são apresentados. Na Ação Crescente (ou Complicação), conflitos se anunciam dentro da evolução histórica (“*Todos os dias: as grandes eras econômicas e políticas*”). Chegam ao seu ápice a ponto de ruptura (“*Até que um dia: re-evoluções*”). A partir daí, a Ação torna-se Decrescente, com a dissolução ou resolução dos conflitos (“*Por causa disso: Civilização Ocidental X Civilização Oriental*”). Até que chega à Conclusão Final (“*Finalmente, Liberté, Igualité et Paternité*”). Os principais resultados alcançados foram, além de apresentar a periodização das grandes eras econômicas e políticas, esboçar os perfis de desenvolvimento dos atores principais nessa trama histórica, tanto os países centrais – Inglaterra, Estados Unidos, França e Alemanha – quanto os países emergentes – Rússia, China, Índia e Brasil.

Palavras-chave: História Econômica; História Política – Geral ou Comparativa.

Abstract

Once Upon a Time, The World

The purpose of this Discussion Paper is to serve as guide for contextualization of movies to be presented and discussed in the Course Economics in the Movies. Screenplays suggested the maid exposure methodology. In the Introduction (“Once Upon a Time”), the plot (the evolution of humanity) and the character (human) are presented. In Crescent Action (or complication), conflicts are announced within the historical evolution (“Every day: the great economic and political era”). Reach their apex the breaking point (“Until one day: re-evolution”). From there, the action becomes Descending, with the dissolution or resolution of conflicts (“Because of this: Western Civilization and Eastern Civilization”) until reaching the Final Conclusion (“Finally, Liberté, Igualité et paternité”). The main results were, in addition to presenting the periodization of the great economic and political eras, the sketch of the main actors in this historical development profiles plot, both the core countries - England, USA, France and Germany - and the emerging countries - Russia China, India and Brazil.

Keywords: Economic History; Political History – General or Comparative.

Classificação JEL / JEL Classification: N00 –N10.

(1) Professor-adjunto/Livre-docente do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). <http://fernandonogueiracosta.wordpress.com/> / <http://lattes.cnpq.br/6773853439066878>. E-mail: fercos@eco.unicamp.br.

“Louvo todos os deuses,
bebo meu bom vinho,
e deixo o mundo ser mundo...”
(Provérbio popular na Época da Revolução Francesa).

Introdução: Era uma vez, a (des)humanidade...

Na minha aula final do Curso “Economia no Cinema”, sobre as Grandes Eras Econômicas e Políticas na História Mundial, busco fazer uma síntese do curso ministrado com base em motivação cinematográfica, leitura de obras representativas e debate em sala-de-aula. Pretensiosamente, intitulo-a “*Era Uma Vez, O Mundo*”...

Parece ser impossível contar a História da Humanidade em poucas palavras. A *desumanidade* aparenta ter sido dominante ao longo dos tempos idos. Na ausência de humanidade, predominam a atrocidade, a crueldade, o ato bárbaro e desumano, enfim, a selvageria. Lembra-nos o refrão *homem primata, capitalismo selvagem*...

A *humanidade* se refere ao conjunto de características específicas à natureza humana, isto é, ao conjunto dos seres humanos no que estes compartilham sentimentos de bondade e benevolência em relação aos semelhantes, ou de compaixão e piedade em relação aos desfavorecidos. Em outras palavras, é a qualidade de quem realiza plenamente o melhor de si, ou seja, da natureza humana.

À *esquerda*, busca-se valorizar o que há de comum (e positivo) entre os seres humanos, o que os conformam em uma irmandade ou comunidade fraterna. À *direita*, busca-se destacar o que há de diferente (e negativo) entre os seres humanos. Defende o individualismo competitivo contra a cooperação solidária. O egocentrismo contra o altruísmo. Desacredita deste amor desinteressado ao próximo, da filantropia, da abnegação. Desconfia da tendência ou inclinação de natureza instintiva que incita o ser humano à preocupação com o outro.

Esse *altruísmo*, não obstante sua atuação espontânea, deve ser aprimorado pela educação, evitando-se assim a ação antagônica dos instintos naturais do egoísmo. Não fosse esse longo esforço, ao longo da Civilização Humana, não teríamos ainda nenhuma capacidade de defesa civil contra as forças cegas da Natureza (acidentes naturais), poucos de nós teriam nascido, e a maioria seria composta de escravos!

Escravidão é a prática social, existente desde a Antiguidade, em que um ser humano assume direitos de propriedade sobre outro, designado por escravo, por meio da força. O dono ou comerciante pode comprar, vender, dar ou trocar por uma dívida, sem que o escravo, tratado como mercadoria, possa exercer qualquer objeção pessoal ou legal, ou seja, sem deter nenhum direito. Esta é a “palavrinha-chave” da liberdade: *cidadania*, representada pela *conquista de Direitos Universais do Homem*.

Até então, nenhum acontecimento histórico marcante tinha buscado a superação do regime de escravidão. A data da indicação de Júlio César como ditador perpétuo (44 a.C.) encerrou os 500 anos de

existência da República Romana, que precedeu o Império, demarcando a transição da República para o Império Romano, o primeiro Ocidental. Em 395 d.C., esse Império foi dividido. O Império Romano do Ocidente acabou em 476, quando se rendeu ao chefe militar germânico. O Império Romano do Oriente, conhecido como Império Bizantino, chegou ao fim em 1453, cerca de 1000 anos depois, com a invasão da cidade de Constantinopla pelos turcos otomanos.

A autossuficiência, a xenofobia e a introspecção intelectual, característica do neo-confucionismo, pensamento dominante na China, levam ao retrocesso da *Civilização Oriental*, após sua predominância cultural de 1000 anos. Com sua regressão histórica, permite os 500 anos de predominância da *Civilização Ocidental*, a partir da conquista das Américas, em ano próximo de 1500 (1492).

A servidão feudal foi espécie de escravidão mais branda, pois, ainda que os servos não fossem vendidos, eles e seus descendentes estavam obrigados por toda a vida a entregarem produtos e prestarem serviços a seus senhores. Após essa *Era de Trevas* (cerca de um milênio), caracterizada no Ocidente pelo feudalismo e o obscurantismo da Igreja inquisitorial, houve o Renascimento aproximadamente, entre fins do século XIV e meados do século XVI, e, depois, no século XVIII, o Iluminismo na Europa.

Quadro 1
Eras políticas

Eras	Séculos	Período	Conquistas
Era das Dinastias	XV-XVI	(1400-1559)	territórios (inclusive entre descendentes)
Era das Religiões	XVI-XVII	(1559-1648)	lutar até a morte pela fé
Era da Soberania	XVII-XVIII	(1648-1789)	direitos civis
Era do Nacionalismo	XIX	(1789-1917)	direitos políticos
Era da Ideologia	XX	(1917-1989)	direitos sociais

Foram eras de conflitos armados na Europa. Seguindo o Quadro 1, na *Era das Dinastias* (1400-1559), as “casas” reais, ou coalizões estendidas baseadas em parentesco, competiram pelo controle de territórios na Europa. Governantes sempre se defrontam com o dilema de como conciliar sua rede de poder eterno com a noção de sua mortalidade.

Uma solução natural é designar como sucessor um descendente, em geral o primogênito – primeiro filho. O afeto filial, supostamente, deveria inibir qualquer inclinação do sucessor a apressar as coisas,

cometendo um *regicídio*. Mas as diversas realidades biológicas, representadas por filhos naturais, frutos do real instinto sexual, deram margem à discórdia em torno de quem era o sucessor adequado de um monarca morto. Os europeus resolveram essas discórdias em incontáveis *guerras dinásticas*.

A *Era das Religiões* (1559-1648) foi uma série de guerras internacionais e civis em que coalizões religiosas e dinásticas rivais, aliadas a governantes, lutaram pelo controle de cidades e Estados. Em geral, protestantes guerreavam contra católicos, mas também facções católicas e ortodoxas competiram entre si na Rússia, países cristãos lutaram contra os turcos muçulmanos, e muçulmanos sunitas e xiitas travaram quatro guerras contra a Turquia e a Pérsia, atual Iraque.

Essa *Era das Religiões* bateu recordes de mortandade, em parte por causa de avanços na tecnologia militar com o mosquete e a artilharia, mas a causa maior foi a exaltação religiosa e a extensão da guerra aos civis. Quando as questões religiosas predominavam sobre as políticas, negociações com os inimigos de um Estado para a pacificação eram tratadas como heresia e traição, com o fervor ideológico levando a maiores durações das guerras.

A *Era da Soberania* (1648-1789) viu a consolidação gradual dos Estados soberanos, ainda ligados a dinastias e religiões, mas dependentes de seus territórios e impérios comerciais. Houve declínio numérico das guerras, inclusive civis, pela diminuição do número de unidades políticas capazes de lutar entre si. Pararam de competir no jogo de poder geopolítico e redirecionaram suas energias para as conquistas do comércio.

Predominou a *Lógica do Leviatã*: conforme os pequenos baronatos e ducados iam reunindo-se em reinos maiores, as autoridades centralizadas impediram-nos de guerras entre si. Para um suserano, as brigas privadas em seus domínios eram uma perda total.

Sendo assim, a maior letalidade das guerras levou à sua diminuição. Isso resultou da *revolução militar* com o progresso nos armamentos (canhões e armas de fogo com cadência de tiro mais elevada), o recrutamento de maior número de pessoas para matar e ser mortas, as formações de combate lineares com maior extensão da frente em vez da profundidade. Como os canhões não eram “giratórios”, a tática vanguarda-centro-retaguarda foi substituída pela da ala direita-centro-ala esquerda com distâncias mínimas entre elas. Todas eram controladas pelo general do exército, para apoio mútuo entre veteranos e recrutas – e evitar covardia. O covarde, que fugia de enfrentar a morte pela frente, era assassinado pelas costas...

Antes, na Europa medieval da *Era das Dinastias*, os senhores feudais, em vez de armar e treinar seus camponeses, preferiam formar pequenas milícias *ad hoc* com mercenários, hereges ou pobretões incapazes de pagar para escapar. Morriam às pencas...

Esse período – *Era da Soberania* –, relativamente menos violento, foi parte da Revolução Humanitária ligada à *Era da Razão*, ao *Iluminismo* e ao nascimento do *Liberalismo* clássico. O abrandamento do fervor religioso permitiu aos líderes firmar tratados políticos em vez de lutar até o último homem.

Na *Era do Nacionalismo* (1789-1917), Estados-nações competiam pelo domínio territorial. Anseios nacionalistas desencadearam Guerras de Independência na Europa e também inspiraram as Guerras de Unificação Nacional. Os povos da Ásia e da África, devido ao racismo eurocêntrico, não eram considerados dignos de auto-expressão nacional. Os Estados-nações europeus acabaram os colonizando. A I Guerra Mundial é a culminância desses anseios nacionalistas.

O mundo entrou na *Era da Ideologia* (1917-1989), desde o ano que os Estados Unidos entraram na I Guerra Mundial (e a redefiniram como uma luta da democracia contra a autocracia) e a Revolução Russa criou o primeiro Estado autodenominado comunista. A democracia e o comunismo lutaram contra o nazismo na Segunda Guerra Mundial e um contra o outro durante a Guerra Fria.

Forças político-ideológicas – *o humanismo esclarecido, o conservadorismo, o fundamentalismo religioso, o nacionalismo, e as ideologias utópicas* – continuam se digladiando. O *abolicionismo*, movimento político que visou a abolição da escravatura e do tráfico de escravos, que antes existia abertamente, teve suas origens durante o Iluminismo no século XVIII e ainda é uma das formas mais representativas de ativismo político, desde o século XIX até à atualidade. O último país a abolir a escravidão foi a Mauritânia em 1981. Porém, práticas desumanas análogas à escravidão, vinculado ao pagamento de dívidas, casamento de crianças, tráfico de pessoas para prostituição e trabalho forçado, etc., continuam em muitos países, inclusive no Brasil.

Para apresentar justificativas quanto a essa periodização e servir como guia de outra experiência didática em Ensino de Economia no Cinema, de maneira multidisciplinar, vamos adotar a seguinte estrutura da apresentação:

1. Era uma vez, o ser humano
2. Todos os dias: as grandes eras econômicas e políticas
3. Até que um dia: re-evoluções
4. Por causa disso: Civilização Ocidental X Civilização Oriental
5. Finalmente, “*Liberté, Igualité et Paternité*”

Para ilustrar os argumentos a respeito dessa síntese analítica da história econômica mundial, em anexo estatístico, faremos uma Comparação entre Indicadores Geoeconômicos e Social-demográficos do G15, isto é, as quinze maiores economias do Planeta. Veremos, então, o lugar da inserção internacional da economia brasileira.

1 Era uma vez, o ser humano

É conhecida a história de que os dinossauros foram extintos pelo impacto de um asteroide. Segundo reportagem de Salvador Nogueira (FSP, 29 maio 2014), um grupo de pesquisadores holandeses liderado

por Johan Vellekoop, da Universidade de Utrecht, na Holanda, encontrou provas de que um resfriamento repentino, de fato, ocorreu no planeta Terra. A colisão teria provocado um resfriamento global.

Essa é uma das previsões teóricas do que aconteceria hoje se um objeto com 10 km de diâmetro colidisse com a Terra, como ocorreu há 65,5 milhões de anos, na península de Yucatán, no México. As evidências foram encontradas em camadas de sedimentos do rio Brazos, no Texas (EUA). Elas registraram com precisão a época em que aconteceu a colisão, na forma de deposição sucessiva de poeira no que era, então, o fundo de um mar raso.

Para determinar a temperatura do mar naquela época, os cientistas usaram como referência a presença nas rochas de uma substância chamada GDGT, um lipídio produzido por certos microrganismos. Estudos mostram que existe uma correlação direta entre a temperatura da água e o nível de deposição. Investigando as camadas produzidas na época do impacto, os pesquisadores constataram que deve ter havido uma queda de até 7°C na temperatura da água, nas primeiras décadas após a queda do asteroide.

A lógica indica que a colisão levantou um monte de poeira para a alta atmosfera. Como resultado direto da queda, surgiram também muitos incêndios florestais e grande atividade vulcânica, o que aumentou ainda mais a poeira suspensa. No ar, essa poluição brutal bloqueou a radiação solar. “Simulações sugerem que a quantidade de luz do Sol a atingir a superfície da Terra foi potencialmente reduzida a 20%”, afirmaram os pesquisadores em artigo científico publicado no periódico da Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos, conhecido como “PNAS”.

A falta de luminosidade impediu que criaturas marinhas e terrestres fizessem fotossíntese, ou seja, plantas e plâncton – bases das cadeias alimentares marinha e terrestre – foram dizimadas em pouquíssimo tempo. Sem alimento suficiente, foi natural que os animais de grande porte morressem. Por isso os dinossauros desapareceram todos de uma vez no mundo inteiro, logo depois do impacto. Em compensação, quem fosse capaz de sobreviver com restos de comida passaria pelo teste de “seleção natural” até a recuperação da biosfera. Foi o caso dos mamíferos, então pequenos, que depois disso se tornaram os senhores da vida terrestre.

E o que aconteceu quando o Planeta Terra reaqueceu?

Contamos uma pequena história, contextualizando a exibição do filme “*Guerra do Fogo*”. Fernando Moraes (FSP, 23 out. 2012) informou que outro artigo publicado na revista científica “PNAS” dá apoio à tese de que *cozinhar comida foi determinante para o desenvolvimento do cérebro humano*. Duas pesquisadoras da UFRJ, Suzana Herculano-Houzel e Karolina Fonseca-Azevedo, mostraram que uma dieta baseada em comida crua impôs limitações energéticas aos grandes primatas, criando um “dilema” para o corpo entre o crescimento da massa corporal e o do cérebro. Isso explicaria o fato de que grandes primatas possuem corpos desproporcionalmente grandes em relação aos seus cérebros.

“Outros grupos já haviam indicado que o cérebro custa caro em termos de energia e sugerido que esse custo teria influenciado nossa história evolutiva, mas ninguém havia ainda determinado se esse custo

era de fato relevante e limitante em termos fisiológicos”, disse Herculano-Houzel. Ela explica que nossas habilidades mais sofisticadas não são o resultado de o “cérebro ser maior do que deveria, dado o tamanho do nosso corpo”, e sim do número absoluto de neurônios – 86 bilhões no cérebro humano.

Ela já havia mostrado, em outro artigo científico, que acrescentar neurônios ao cérebro, aumentando o tamanho do órgão, custa ainda mais caro do que se imaginava em termos de energia. No estudo publicado agora, as pesquisadoras desenvolveram um modelo que relaciona o número de calorias ingeridas com dieta de comida crua à quantidade de energia necessária para o crescimento da massa corporal e do correspondente número de neurônios.

Elas conseguiram, dessa forma, estipular o número de horas que grandes primatas teriam precisado para desenvolver um corpo avantajado e um número grande de neurônios no cérebro. Mostraram, assim, que teria sido insustentável para gorilas e orangotangos, entre outros, com as horas de alimentação de que dispõem, adquirir calorias em número suficiente para tal tarefa.

“Humanos e grandes primatas são o resultado atual de duas linhagens diferentes, com duas estratégias diferentes de investimento energético: ou um corpo enorme, às custas de abrir mão de um número maior de neurônios, ou um número grande de neurônios às custas de um corpo menor”, diz Herculano-Houzel. “As duas estratégias são visíveis na linhagem que levou aos grandes primatas e aos primeiros exemplares do gênero *Homo* [o do homem].”

As conclusões do artigo fortalecem a tese do primatologista britânico Richard Wrangham, que defende que um dos momentos mais importantes da evolução humana foi a *invenção da comida cozida*, mais fácil de mastigar, de digerir e de ter suas calorias absorvidas. “Sugerimos que foi por causa de uma mudança qualitativa na alimentação que a limitação energética da nossa linhagem – que já vinha investindo em mais neurônios e menos corpo – foi contornada”, acrescenta Herculano-Houzel.

“Além de aumentar a capacidade calórica e tornar as limitações metabólicas prévias irrelevantes, cozinhar também teria aumentado nosso tempo disponível para atividades sociais e que demandassem maior poder cognitivo“, escrevem as pesquisadoras no artigo.

O descobrimento técnico mais importante da pré-história humana foi, sem dúvida, *o da produção e conservação do fogo*. Inúmeros mitos e lendas testemunham uma idade sem fogo, seguida de uma época durante a qual o homem, ainda que conhecendo-o, não havia aprendido todavia a conservá-lo. Todos esses mitos indicam a importância capital que o descobrimento de uma técnica de produção do fogo representou nos primeiros tempos da existência humana.

2 Todos os dias: as grandes eras econômicas e políticas

Ainda que esteja diminuindo minha *memória literal* (capacidade de recordar nomes e datas), o cérebro na minha faixa etária possui a *memória de essência*, isto é, a capacidade de compreender e recordar os grandes temas subjacentes, enquadrando-os dentro de um panorama geral. As células do cérebro não

desaparecem em grande número no processo normal de envelhecimento. O que precisamos fazer é exercitá-lo sempre. Por exemplo, analisando e memorizando datas-chaves da breve história da humanidade.

Como já disse, a data da indicação de Júlio César como ditador perpétuo (44 a.C.) encerrou os 500 anos de existência da República Romana, que precedeu o Império, demarcando a transição da República para o Império Romano, o primeiro Ocidental. Em 395 d.C., o império foi dividido por um imperador cristão. O Império Romano do Ocidente acabou em 476, quando Rômulo Augusto foi forçado a se render ao chefe militar germânico Odoacro. O Império Romano do Oriente, conhecido como Império Bizantino, chegou ao fim em 1453, cerca de 1000 anos depois, com a invasão da cidade de Constantinopla pelos turcos otomanos.

O marco do início da Idade Média foi a desagregação do Império romano do Ocidente, sediado em Roma, no século V. Esse Império estava passando por sucessivas crises econômicas, devido à falta de escravos. Não houve Império que não tenha tido suas finanças públicas abaladas com a defesa de fronteiras em várias frentes de seu imenso território. Também seu prestígio político declinava, por seu enfraquecimento militar com as invasões de povos bárbaros aos seus domínios: povos como os germanos (do Norte da Europa), os hunos (da Ásia), os vândalos (da África), além de húngaros e vikings (da Europa oriental) estavam atacando diversos pontos dos domínios romano.

Estima-se que os *feudos* configuraram cerca de 5.000 unidades políticas na Europa medieval. Eram propriedades de terras, mantidas isoladas para garantir a proteção das pessoas que ali viviam dos ataques de inimigos externos. Essas unidades eram supridas com produção de alimentos quase autossuficiente, ou seja, produzida pelos próprios moradores, na medida de suas necessidades de consumo.

Houve 1148 conflitos no período de 900 a 1400 e outros 1166 de 1400 até o presente, aproximadamente, dois novos conflitos por ano no decorrer dos últimos 1100 anos. Por que se lutava? Os motivos eram as três principais *causas de contenda* identificadas por Hobbes:

1. *predação*, sobretudo, de terra;
2. *prevenção* da predação por terceiros;
3. *dissuasão crível* ou honra.

A principal diferença entre as guerras europeias e as incursões e rixas de tribos, cavaleiros e chefes militares era que as guerras eram travadas por unidades políticas, e não por indivíduos ou clãs. A conquista e a pilhagem eram as principais vias de mobilidade ascendente nos séculos em que *a riqueza consistia em terra e recursos naturais em vez de comércio e inovação*.

Depois de séculos de anarquia medieval, produzida pelos feudos europeus, houve a consolidação dessas unidades políticas independentes no século XV. Ela foi acelerada pela revolução militar e adotada sob forma de poder absoluto do Estado, imposto por monarquias centralizadas.

A partir do século XI – e amadurecendo no século XVIII –, passou-se a:

1. inibir cada vez mais os impulsos violentos primários de conquista e pilhagem,

2. prever as consequências de suas ações em longo prazo,
3. levar em consideração os pensamentos e sentimentos das outras pessoas, ou seja, ter *empatia*.

Uma *cultura da honra* – a prontidão para vingar-se – deu lugar a uma *cultura da dignidade* – a prontidão para controlar as emoções. Os modos apropriados à corte passaram a ser chamados de “*cortesia*”: guias de etiqueta originaram-se como manuais sobre a melhor maneira de se comportar na corte do rei, diferenciando-se dos modos dos vilões e camponeses.

Um clássico jogo de soma positiva na vida econômica é *a troca de excedentes*. Nele, todos saem ganhando. Obviamente, uma troca em um único momento no tempo só compensa quando existe divisão do trabalho. Portanto, esta é *a chave para a criação de riqueza*. Esta ocorre quando trabalhadores especializados aprendem a:

1. produzir uma mercadoria com crescente relação eficiência / custo e
2. trocar seus produtos especializados por um meio de troca universal.

A troca eficiente depende de dois fatores:

1. uma *infraestrutura de transporte* que possibilita aos produtores trocar seus excedentes mesmo quando separados pela distância;
2. outro é *o dinheiro*, que permite aumento de escala com a venda a prazo com juro, viabilizando os produtores trocarem muitos tipos de excedente com muitos outros produtores em muitos prazos.

Os *jogos de soma positiva* também mudam os incentivos para a violência. Na troca, o parceiro comercial fornecedor torna-se mais valioso vivo do que morto. Há mais incentivo para prever o que o outro quer, para melhor supri-lo, atendê-lo e/ou vender. *O livre mercado recompensa a empatia! O capitalismo comercial levou à diminuição da violência extra-econômica!*

A leitura do livro “*A Idade Média e o Dinheiro*”, cuja autoria é de Jacques Le Goff, permite superar certos preconceitos a respeito do período medieval, herdados desde o Renascimento. Ele afirma que “depois de desempenhar importante papel durante o Império Romano, o dinheiro entrou em declínio na Idade Média. A partir do século IV, a circulação de moedas regrediu na Europa, onde a cunhagem se tornou descentralizada e esparsa”. É sobre essa guinada histórica que Jacques Le Goff constrói sua narrativa, com ênfase na retomada da monetização da sociedade a partir do século XIII.

Como quase tudo na Idade Média, também o papel do dinheiro foi influenciado pela Igreja. A opinião religiosa a respeito é informada pela própria Bíblia, sobretudo o Novo Testamento, com sua *hostilidade ao dinheiro*. Entretanto, o fato de a Igreja condenar o amor ao dinheiro não significava que a instituição fizesse voto de pobreza. Pelo contrário, ao cobrar o dízimo dos fiéis e explorar seus bens, a Igreja canalizava boa parte dos recursos disponíveis para seus mosteiros. Lá, a riqueza permanecia entesourada na forma de objetos de ouro e prata, até a necessidade fazer com que fossem fundidos e transformados em moeda.

O *empréstimo a juro*, que a Igreja classifica como *usura*, era condenado como *vício*. No entanto, o repúdio ao empréstimo tinha uma brecha, pois operações entre cristãos e judeus eram permitidas, ou seja, era *virtude*. Le Goff afirma que esse espaço, inicialmente ocupado por judeus, foi logo dominado por banqueiros cristãos. Assim, “a imagem do judeu como homem de dinheiro nasce menos da realidade dos fatos, apesar da existência de emprestadores judeus com pequenos prazos e grandes juros, do que de uma fantasia que prenuncia o antissemitismo do século XIX”.

O historiador propõe uma periodização útil para a compreensão da importância da moeda na Idade Média:

- entre os séculos IV e XII, a moeda tinha pouca relevância e a distinção social se dava entre os poderosos e os fracos em termos de agressividade e/ou armas;
- entre os séculos XIII e XV, o dinheiro começou a reaparecer e surgiram os ricos e os pobres, portanto, a violência econômica da moeda.

O livro se concentra no segundo período, que coincide com a expansão do comércio e a construção do Estado, cuja fase inicial ainda não se distinguia do modelo feudal. O dinheiro assume importância especial para o Estado, a partir do século XIII, devido às exigências do *fisco*. “O Estado que se desenvolve mais cedo nesse contexto, o mais dominante e o mais bem irrigado em dinheiro é o da Igreja, ou seja, a Santa Sé.”

Até mesmo os franciscanos fundaram estabelecimentos de crédito para conceder um mínimo de dinheiro para a sobrevivência dos mais pobres. Os frades desenvolveram práticas contábeis inovadoras.

No entanto, *isso não caracteriza um estágio pré-capitalista*, como defendem alguns historiadores. Le Goff concorda com Max Weber, que considera a prática da pobreza voluntária uma “economia de salvação” ou “uma economia de doação”. Na Idade Média, “a economia está sempre incorporada à atividade de uma humanidade dominada e totalmente animada pela religião”.

Le Goff concorda tanto com Max Weber quanto com Karl Marx: *o capitalismo só se impôs a partir do século XVI*. Marx identificava um modo progressivo de produção capitalista a partir do século XII. Weber apontou *a influência do protestantismo no desenvolvimento do capitalismo*.

Há polêmica a respeito de “deixar a Idade Média fora do capitalismo”. Para o historiador americano Immanuel Wallerstein, *o nascimento do capitalismo data de 1450*. Foi quando a Europa se conectou como unidade orgânica tal como Fernand Braudel chamava de “*economia-mundo*”.

Ao contestar Wallerstein, segundo Oscar Pilagallo (Valor, 11/02/14), Le Goff argumenta que três elementos constitutivos do capitalismo não existiam na Europa medieval. São eles:

1. a disponibilidade de metais preciosos para a fabricação de moedas,
2. a formação de um mercado único que substituísse a fragmentação das feiras, e
3. a criação de uma Bolsa de Valores, como a que surgiu em 1609, em Amsterdã.

Para o historiador francês, o dinheiro na sociedade ocidental só tem especificidade a partir do século XVIII. Antes disso, pertencia ao “labirinto das relações sociais”.

Graphique 10.9
Rendement du capital et taux de croissance au niveau mondial depuis l'Antiquité jusqu'en 2100.

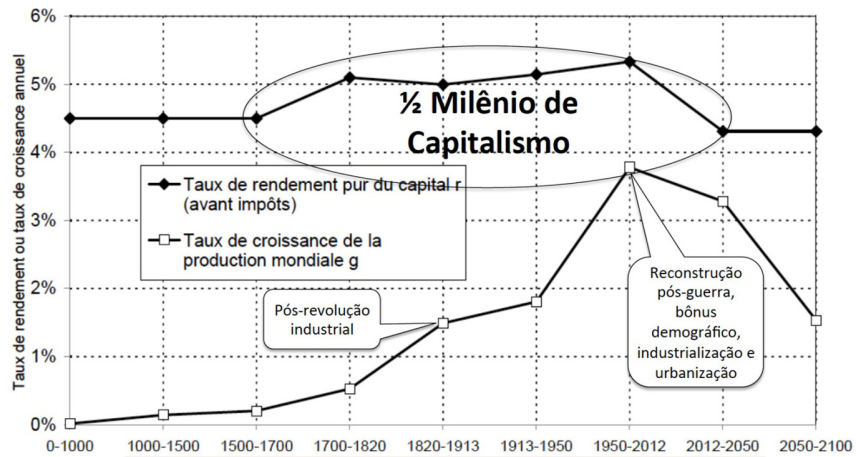
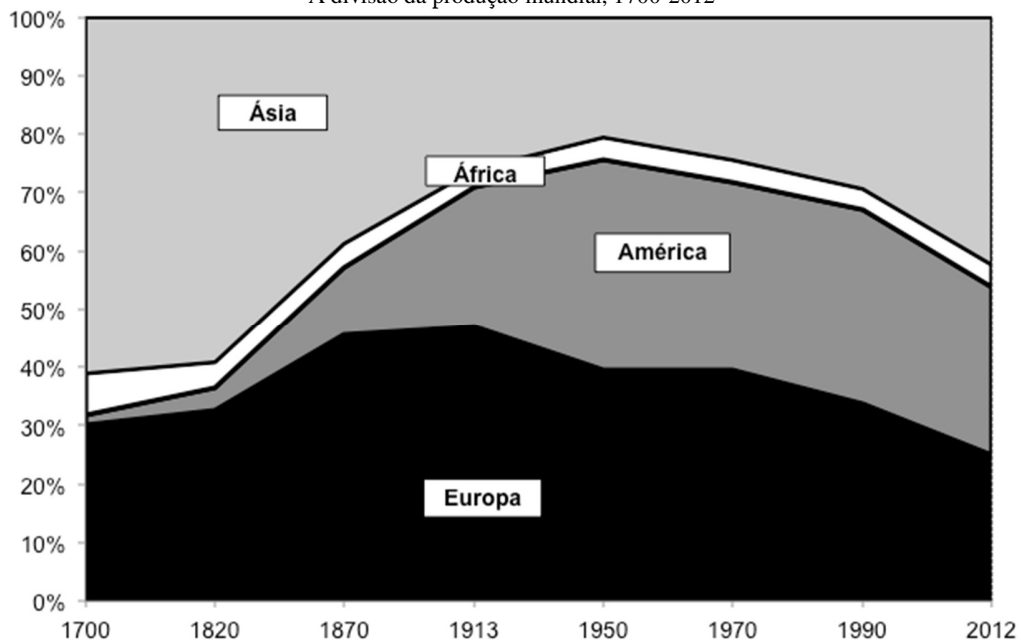


Gráfico 1.1
A divisão da produção mundial, 1700-2012



O PIB europeu representava 47% do PIB mundial em 1913 e 25% em 2012.

Fontes e séries: www.intrinseca.com.br/ocapital

Os gráficos 10.9 e 1.1 foram reproduzidos de Piketty (2014). O gráfico 10.9 mostra o meio milênio (1500-2050) do capitalismo, isto é, de taxa de rendimento puro do capital (antes dos impostos) “fora-da-curva” do período entre o ano zero e 2100. O Gráfico 1.1 mostra que o PIB da Ásia tinha atingido percentual acima de 60% do PIB mundial em 1700. Após as revoluções burguesas, destacadamente a revolução industrial, na véspera da I Guerra Mundial, o PIB da Europa representava 47% do PIB mundial. Essa participação caiu para ¼ em 2012, após a Grande Crise de 2008.

Enquanto isso, na China, o forte sentimento popular hostil ao governo estrangeiro levou a rebeliões nativas camponesas que terminaram por repelir os mongóis de volta às estepes e a instituir a Dinastia Ming em 1368. Antes, durante governo mongol – Pequim tinha sido conquistada (e unificada) por Gengis Khan em 1215 –, a população havia sido reduzida em 40%, para um total estimado em 60 milhões de pessoas. Dois séculos depois, a população dobraria de tamanho, resultando em maior urbanização e divisão do trabalho.

A China do início da Dinastia Ming não se isolou. O comércio exterior e outros contatos com o mundo externo cresceram bastante. Mercadores chineses exploraram todo o Oceano Índico e atingiram a África Oriental com as viagens de Zheng He. Muito antes de Vasco da Gama dobrar o Cabo da Boa Esperança...

O Imperador Yongle foi o terceiro imperador da Dinastia Ming da China, reinando entre 1402 e 1424. Seu nome significa “felicidade perpétua”. Ele é até hoje largamente reconhecido como o maior imperador da Dinastia Ming, e um dos mais bem quistos imperadores da história chinesa. Ele mudou a capital de Nanquim para Pequim (ou Beijing), onde construiu a Cidade Proibida e foi completada a monumental Enciclopédia Yongle. Só a Wikipedia a superou em tamanho.

Ele também comissionou as viagens exploratórias de Zheng He. Durante todo o seu reinado, a expansão chinesa baseou-se em:

1. exploração marítima,
2. negociação com portos em toda a Ásia, e
3. manipulação de regentes locais para governantes favoráveis aos interesses comerciais chineses.

Depois, a China fechou-se – e extinguiu sua Marinha! A autossuficiência, a xenofobia e a introspecção intelectual, característica do neo-confucionismo, pensamento dominante, retrocede a Civilização Oriental e permite os 500 anos de predominância da Civilização Ocidental, desde a conquista das Américas, próximo de 1500 (1492). Será que, depois desse “breve intervalo histórico” (cerca de 1/2 milênio), a *China está agora retomando seu posto de potência hegemônica?*

As reformas implementadas por Deng Xiaoping, entre 1979 e 1989, adotando o *Socialismo de Mercado* com investimento direto estrangeiro e transferência de tecnologia, levaram ao ressurgimento da antiga potência econômica. As aspirações dessas reformas não se colocavam mais em termos da visão

utópica da revolução contínua de Mao Tse-Tung, mas por seu objetivo de construir uma sociedade “harmoniosa moderadamente próspera” – expressão com conotações confucionistas.

Houve um renascimento do estudo de Confúcio nas escolas chinesas e uma celebração de seu legado. Requisitaram Confúcio como uma fonte de poder brando chinês no palco mundial. Essa reabilitação do antigo filósofo moral não se deu mais com autossuficiência, xenofobia e introspecção intelectual, mas muito antes pelo contrário: com abertura externa *a la* Imperador Yongle e seu Almirante Zheng He!

Após uma *Era de Trevas* (cerca de um milênio), conhecido no Ocidente pelo feudalismo e o obscurantismo da Igreja inquisitorial, houve o *Renascimento* e, depois, no século XVIII, o Iluminismo na Europa. O *Renascentismo* identifica o período da História da Europa, aproximadamente, entre fins do século XIV e meados do século XVI, marcado por transformações na sociedade, economia, política, religião e cultura, com efeitos nas Artes, na Filosofia e nas Ciências, caracterizando a transição do feudalismo para o capitalismo e significando a ruptura com as estruturas religiosas e feudais medievais.

A *Guerra Civil Inglesa*, primeiro episódio da Revolução Inglesa, se deu entre os partidários do Monarquia Absolutista da Inglaterra e o Parlamento, liderado por Oliver Cromwell. Iniciada em 1642, acaba com a condenação à morte de Carlos I em 1649. A *Revolução Gloriosa* (1688-89), no longo processo de transferência dos poderes da Coroa Britânica para o Parlamento do Reino Unido, implicou na aprovação pelo Parlamento da *Bill of Rights* (Declaração de Direitos), tornando impossível o retorno de um católico à Monarquia inglesa e encerrando com as tentativas de reinstalação do Absolutismo Monárquico nas ilhas britânicas, ao circunscrever os poderes do rei. *O rei reina, mas não governa*. Quem governa é o Primeiro-Ministro, através do Parlamento.

As origens do *Iluminismo* estão no início do século XVIII, conhecido como “Século das Luzes”. O término do período coincide com o início das *Guerras Napoleônicas* (1804-1815). A Revolução Inglesa, no século XVII tardio (1642-1688), permitiu maior grau de liberdade aos colonos britânicos na América do Norte. A *Guerra da Independência* (1775–1783) foi o resultado da Declaração de Independência de uma nova nação soberana, os Estados Unidos da América, em 4 de Julho de 1776. Os pensamentos iluministas a influenciaram. O envolvimento francês foi decisivo, contudo, o custo foi alto em termos financeiros, arruinando a economia francesa e dando origem à enorme dívida. A vitória dessa aliança influencia a *Revolução Francesa* (1789), seis anos depois, e as subseqüentes Independências nacionais.

Porém, *ser cidadão brasileiro* representou conquistar *direitos civis*, como ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante à lei, com um século de atraso, apenas com a extinção da escravidão e a proclamação da República, em 1888-89, em relação às conquistas inglesas, norte-americanas e francesas no Século XVII-XVIII. Somente um século depois, com a Constituinte de 1988, após longas ditaduras (1930-1945 e 1964-1984), verdadeiramente, conquistamos *direitos políticos*: eleger o destino da sociedade, votar, ser votado, associar-se em sindicatos e partidos. Na transição do Século XX para o XXI, começamos a conquistar *direitos sociais* à educação, à saúde, à aposentadoria, à segurança

pública. No Século XXI, nosso grande desafio está sendo conquistar direitos econômicos: ao trabalho, ao salário justo, a uma renda mínima, acesso aos bancos, isto é, a crédito e produtos financeiros.

3 Até que um dia: re-evoluções

A concepção moderna de *revolução* tem como condição indispensável a consciência de que o novo é fruto de um ato de liberdade, da vontade livre, do livre-arbítrio: exige pensar *o Homem como sujeito da História* e não mais como objeto de desejos exteriores a ele. Sua primeira aparição no campo da Política dar-se-á no século XVII, no decorrer da Revolução Inglesa, com um significado muito próximo daquele astronômico de Copérnico: o retorno a uma ordem preestabelecida, ou seja, uma *re-evolução*. Nesse sentido, tal *debut* não se deu em 1640 com o avanço de Oliver Cromwell e da Revolução Puritana, mas sim em 1660 com a Restauração Monárquica e em 1688 com a solução conciliadora da Revolução Gloriosa.

Embora represente, historicamente, a manutenção e continuidade da dominação aristocrática rural, o Estado Absolutista, em sua dinâmica própria, acabou favorecendo a afirmação e a expansão de determinados setores burgueses no seu interior. Será justamente a dificuldade em conciliar dois projetos de classe antagônicos que advirá sua crise. Dessa contradição histórica entre nobreza e burguesia, nos séculos XVII e XVIII, a saída foi a revolucionária liberal.

Foi uma “dupla revolução” – a Revolução Francesa de 1789 e a Revolução Industrial inglesa –, cujas influências se propagaram por todo o mundo. No entanto, o papel original do processo revolucionário político inglês, no decorrer do século XVII, constituiu-se no primeiro grande movimento de crítica consequente às “forças da tradição”, rumo à modernidade.

3.1 Revolução Inglesa

O processo revolucionário inglês foi um modelo de transição ao capitalismo industrial, inicialmente de forma bélica, em 1640, depois, em 1688, de maneira conciliatória. Ao término de quase um século de lutas entre Rei e Parlamento, com a solução monárquica constitucional – *contratualista* com o mote “*rei que reina mas não governa*” –, foi criada a condição primordial para o crescimento econômico de orientação capitalista. Surgiu a estabilidade política sob a nova direção de uma classe burguesa que tomou para si o poder estatal, fortalecendo-o nas suas relações internas com outras classes sociais e nas suas relações externas com outras nações.

Desde o término da Guerra das Duas Rosas, que, entre 1455 e 1485, opôs as casas inglesas de Lancaster e York pela posse do trono inglês, a monarquia Tudor desempenhou a função de mantenedora do equilíbrio entre as classes em progresso e em declínio na sociedade. Com Henrique VII (1485-1509) e Henrique VIII (1509-1547), a colaboração no Parlamento entre as classes sociais era a tônica.

Apenas com o avanço dos Stuart, em 1603, é que as divisões entre as classes começaram a dar-se de uma forma mais visível em termos políticos. A nova casa nobiliárquica tornava-se cada vez menos útil

aos negócios da burguesia e progressivamente indispensável aos interesses da aristocracia. As raízes imediatamente políticas da guerra civil entre Monarquia e Parlamento encontram-se, precisamente, nesse dissenso que marcou os reinados de Jaime I (1603-1625) e Carlos I (1625-1649).

Esses episódios da Revolução Inglesa ficaram conhecidos também como a *Revolução Puritana*. O puritanismo designava uma concepção da fé cristã desenvolvida na Inglaterra por uma comunidade de protestantes radicais depois da Reforma. Tratava-se de uma teoria política assim como de uma doutrina religiosa. O adjetivo *puritano* podia designar tanto o membro deste grupo de calvinistas rigoristas como aquele que era rígido nos costumes, especialmente quanto ao comportamento sexual, ou seja, uma pessoa austera, rígida e moralista.

O surgimento do *puritanismo* foi ligado aos casamentos do rei Henrique VIII (1509-1547) e à chegada do protestantismo continental à Inglaterra. O movimento puritano, em seus primórdios, foi claramente apoiado e influenciado por João Calvino (1509-1564), que a partir de 1548 passou a se corresponder com os principais líderes da reforma inglesa. Em 1534, foi promulgado o Ato de Supremacia, tornando o rei “cabeça suprema da Igreja da Inglaterra.”

Com a anulação do seu casamento com Catarina de Aragão, sobrinha de Carlos V, o rei Henrique VIII e o Parlamento inglês separaram a Igreja da Inglaterra da de Roma, em 1536, adotando a doutrina calvinista apenas por comodismo. A Reforma Protestante, então, teve início na Inglaterra pela autoridade do rei e do Parlamento.

Carlos I, opositor dos puritanos, foi coroado rei, em 1625. Já em 1628, William Laud tornou-se bispo de Londres e empreendeu medidas severas para eliminar a dissidência da *Igreja Anglicana*. Ele buscou instituir práticas cerimoniais consideradas “papistas”, além de ignorar a justificação pela fé, oprimindo violentamente os puritanos e forçando-os a emigrarem para a América, onde até hoje observam-se resquícios do puritanismo.

Em 1630, John Winthrop liderou o primeiro grande grupo de puritanos imigrantes até a Baía de Massachusetts. Lá, em 1636, foi fundado o *Harvard College*.

Laud tentou impor o anglicanismo na Escócia, só que isto degenerou em motim que serviu para aliar puritanos e escoceses calvinistas. Em 1638, seus exércitos marcharam contra as tropas do rei da Inglaterra, que fugiram. Com falta de recursos para armar um exército, Carlos I cede, convocando novamente o Parlamento para aprovar um aumento de arrecadação fiscal.

Em contrapartida, no ano de 1640, o Parlamento restringiu o poder do rei Carlos I. As emigrações para a Nova Inglaterra estacionaram consideravelmente.

O *puritanismo* não conseguiu substituir as estruturas de plausibilidade que o *anglicanismo* ofereceu à nação inglesa. As estruturas sociais anglicanas permaneceram. Apenas para uma pequena porém influente minoria esta situação não era satisfatória. Esse grupo era dos puritanos que travaram infrutíferas batalhas com o governo político-religioso da Inglaterra. Em todos esses eventos, o apoio de Calvino foi

influyente na tentativa de levar sua doutrina a uma nação cujos laços com Roma haviam sido cortados apenas pela vaidade de um Rei. A doutrina calvinista ainda hoje é largamente professada entre os fiéis anglicanos. Muitos dos puritanos fugiram para os Estados Unidos, onde introduziram o *presbiterianismo*.

Estima-se que 15% da população inglesa tenham morrido durante a Guerra Civil, a maioria de enfermidades e doenças. Na realidade, foi a Revolução Inglesa que criou, via Revolução Industrial, as condições econômicas e institucionais para a *instauração do modo de produção capitalista*, e permitiu à marinha inglesa controlar os mercados mundiais. A Inglaterra se tornou, na época, o único país europeu sem monarca. Um governo republicano liderou a Inglaterra e depois todas as ilhas britânicas de 1649 a 1653, e de 1659 a 1660. Entre esses dois períodos, Oliver Cromwell consolidou sua ditadura militar.

Depois da morte de Cromwell, o seu filho, Ricardo Cromwell, tentou governar de modo absoluto à imagem do seu pai, mas foi deposto por um golpe tramado pelo Parlamento. Pouco depois, a Monarquia foi restaurada com Carlos II. A Inglaterra transformou-se em uma Monarquia Parlamentar, porém, mais adiante.

A chamada *Revolução Gloriosa* foi em grande parte não-violenta, por isso chamada também de “Revolução sem Sangue”. Ela teve lugar no Reino Unido em 1688-1689. O rei Jaime II, da dinastia Stuart, católico, foi removido do trono de Inglaterra, Escócia e País de Gales, sendo substituído por sua filha, Maria II e pelo genro, o nobre neerlandês Guilherme, Príncipe de Orange.

A Revolução Gloriosa foi um dos eventos mais importantes na longa evolução dos poderes do Parlamento do Reino Unido face à Coroa Britânica, iniciada com a assinatura da *Carta Magna*, em 15 de junho de 1215, que garantiu direitos, a princípio à nobreza, mais tarde, aos cidadãos da Inglaterra, criando as condições para liberdades e direitos civis. A aprovação, pelo Parlamento, da *Bill of Rights* (Declaração de Direitos), tornou impossível o retorno de um católico à monarquia e acabou com as tentativas anteriores de instauração do absolutismo monárquico nas ilhas britânicas, ao circunscrever os poderes do rei. O evento marcou a submissão da Coroa ante o Parlamento. Desde então, os novos monarcas devem a sua posição ao Parlamento.

Antes da Revolução Inglesa, o poder do rei era *absolutista*, uma vez que contestá-lo era um sacrilégio. Depois, o poder do rei se viu reduzido, pois *o rei existe e reina, mas não governa*. Quem governa é o Primeiro-Ministro, através do Parlamento.

Quanto à Revolução Industrial Inglesa, um século após, a questão-chave é: *porque a Grã-Bretanha se industrializou primeiro?* Como em qualquer fenômeno macrosocial são várias *as causas econômicas da industrialização originária*:

1. dimensão da sociedade de consumo inglesa;
2. nível de disseminação de conhecimento científico;
3. avanços na agricultura, serviços bancários e comércio;
4. força de trabalho mais cara do que no continente;

5. carvão na Grã-Bretanha abundante, acessível e muito mais barato;
6. os empreendedores britânicos serem muito mais motivados para buscar a inovação tecnológica, substituindo homens caros por máquinas alimentadas por carvão barato.

Entretanto, as maiores vantagens comparativas da Inglaterra eram *institucionais*, no âmbito da Política – a soberania do Parlamento em tributar produtos importados concorrentes – e do Direito – a *Common Law*. O “Direito Comum”, defendido por meio das decisões dos tribunais – e não imposto por atos arbitrários do Poder Executivo ou do Poder Legislativo –, era uma garantia para os contratos. Este era um pré-requisito para o desenvolvimento do sistema contratual do capitalismo, onde a incerteza das relações mercantis exige a contratação jurídica com trabalhadores, fornecedores e credores. Lei do Mercado se submete à Lei Jurídica...

3.2 Revolução Americana

Na miríade de imigrantes que formaram as 13 colônias britânicas na América do Norte, o mais fundamental era a *conquista das terras indígenas*. A política conciliatória dos governadores nomeados pela Coroa Britânica irritava *os brancos sem terras*, que viam as terras a Oeste como uma chance de ascensão social.

A proposta dos colonos de rapinagem sobre as comunidades indígenas se choca com o mito norte-americano fundador de democracia e cidadania. A ideia colonial de um *cidadão livre*, até para se expandir sobre comunidades indígenas, não se tratava de uma defesa do direito universal do ser humano, pois desconsiderava os nativos norte-americanos. Com certo cinismo histórico, nasceu uma Nação puritana...

A tradição de liberdade para os colonos puritanos foi reforçada ao longo de todo o século XVII pela quase ausência plena da Inglaterra. Envolvidos nas suas disputas internas que levariam à decapitação de Carlos I, à República, à Restauração da Monarquia e à deposição de James II, em 1688, até pactuarem uma Monarquia Parlamentar, os ingleses pouca atenção deram às suas colônias. Atitude bem distinta da adotada pelos portugueses, que fiscalizaram de perto a extração de ouro em Minas Gerais, no século XVIII, e inclusive refugiaram o rei D. João VI e sua corte, aqui, na sua colônia sul-americana, durante a Guerra Napoleônica.

A partir da metade do século XVIII, houve, entretanto, uma visível mudança no comportamento colonial inglês. As dívidas contraídas pelo governo de Londres durante a chamada *Guerra dos Sete Anos* com a França (1756-1763) e as novas necessidades ditadas pela Revolução Industrial justificaram a alteração de atitude com a imposição de legislação de caráter mercantilista, reduzindo a liberdade colonial que predominara antes. Os colonos norte-americanos passaram a receber, sistematicamente, leis restritivas com a do açúcar, a do selo, a da moeda, etc.

As medidas confiscatórias britânicas provocaram o choque entre a Inglaterra e suas 13 colônias. Os colonos passaram a fazer petições com reclamações e congressos expressando suas desavenças com a nova política. A política inglesa foi pouco flexível e a repressão armada começou. Ainda antes da *Declaração de Independência de 1776* já existiam choques armados entre colonos e ingleses.

Nos anos 1780, quando os países da Europa Ocidental já reuniam cerca de cem milhões de pessoas, sendo que a França possuía trinta milhões de habitantes, a América do Norte somava no máximo três milhões. Sem a aliança com a França, concedendo-lhe apoio logístico-militar, dificilmente os Estados Unidos teriam sido vitoriosos naquele momento.

Reginaldo Moraes é professor do IFCH-Unicamp e Maitá de Paula e Silva é mestre em Ciência Política pela Unicamp. Ambos publicaram *O Peso do Estado na Pátria do Mercado: Os Estados Unidos como País em Desenvolvimento*, cujas principais teses resumimos em seguida.

Salientam, de início, que a ortodoxia liberal, existente também na Ciência Política, sublinhou apenas duas ideias fortes do francês Alexis de Tocqueville em seu estudo *Da Democracia na América*:

1. a inclinação dos norte-americanos para criar e multiplicar associações civis;
2. a fraca presença do Estado na regulação da vida social.

O alemão Georg Friedrich List, inspirador de ideias desenvolvimentistas entre os latino-americanos, por sua vez, sugeriu lições bem diferentes, destacando *a intervenção estatal na construção de infraestrutura para o desenvolvimento dos Estados Unidos*, com ênfase em:

1. as ferrovias;
2. a política industrialista.

Na verdade, aquela inclinação para o *associativismo* estava longe de ser uma exclusividade norte-americana. Além disso, o Estado estava longe de ser uma entidade ausente, expectadora ou coadjuvante menos importante no processo de desenvolvimento dos Estados Unidos. Devido ao federalismo descentralizado implantado no país, quando se refere ao aparelho estatal norte-americano tem de se destacar *o papel ativo dos níveis estadual e municipal*.

A história do século XIX norte-americano, sobretudo em sua primeira metade, destaca *o papel ativo das unidades subnacionais na promoção do desenvolvimento e na regulação da vida social*. A federalização da política e da economia foi demarcada por conflitos bélicos que periodizam a história norte-americana: Guerra da Independência – Guerra Civil – I Guerra Mundial – II Guerra Mundial.

O título do livro de Ha-Joon Chang, *Chutando a Escada: a Estratégia do Desenvolvimento em Perspectiva Histórica*, foi extraído de uma frase de List. Ele forjou essa metáfora para sugerir que os ingleses haviam utilizado determinadas políticas protecionistas para subir ao “andar de cima” do ranking das nações. Mas, lá chegando, “chutaram a escada”, isto é, passaram a recomendar aos demais povos a doutrina do *laissez-faire*, pois as livres forças de mercado alcançariam a “ordem espontânea” a *la* idealização de Adam Smith.

Na *visão neoliberal*, o Estado norte-americano era um *Broker State*, isto é, um mero intermediador de forças de O Mercado, elas sim relevantes para explicar o movimento da história. Na *visão marxista*, sob outra ótica, os conflitos entre classes sociais explicavam a lei de movimento do capitalismo.

O *Broker State* teria só orquestrado ou direcionado o conflito entre os grupos de interesses organizados. As forças de O Mercado ditariam a economia, sendo o papel de O Governo apenas garantir

que ela não se acelere (ou desacelere) muito além do ciclo de negócio normal. O estilo de formulação de políticas econômicas seria por etapas em processo incremental, com o horizonte temporal ritmado pelo ciclo eleitoral. Seus admiradores destacavam-no como sistema reativo, flexível e ágil; seus detratores, como sistema sem rumo e sem visão estratégica. Um *Broker State* não tem política industrial nem adota política de desenvolvimento tendo em vista o interesse nacional.

No entanto, quando se analisa os fatos da história norte-americana, verifica-se que *o Estado implementou políticas, alterou o rumo das coisas, redesenhou o país*. A construção de infraestrutura básica para o desenvolvimento dificilmente teria ocorrido apenas pela via da iniciativa privada e das forças de O Mercado.

Falar de “Estado” e de “ação estatal” nos Estados Unidos envolve uma compreensão do caráter bastante específico da *organização do federalismo* naquele país. Tocqueville superestimou dois traços das associações civis:

1. sua autonomia, espontaneidade e independência em relação às instituições federais;
2. o caráter exclusivo ou tipicamente norte-americano desse fato político.

O poderoso impulso de *políticas da União* – política de terras, transportes e comunicações (correio), pesquisa e educação, entre outras – explica a forma de desenvolvimento. Houve muita relevância dos *Estados federados* e dos *governos locais* em especial na regulação dos atos econômicos referentes às manufaturas, aos bancos e ao comércio, entre outras atividades. Sem eles não haveria como explicar o imenso mercado interno e a máquina produtiva que superou, já no fim do século XIX, os rivais europeus (Inglaterra, Alemanha, França, etc.) somados.

Houve até mesmo uma *política de superação do subdesenvolvimento*, no caso do “velho sul”, o Sul das grandes *plantations* oligárquicas, escravocratas e marcadas pela monocultura de algodão ou tabaco.

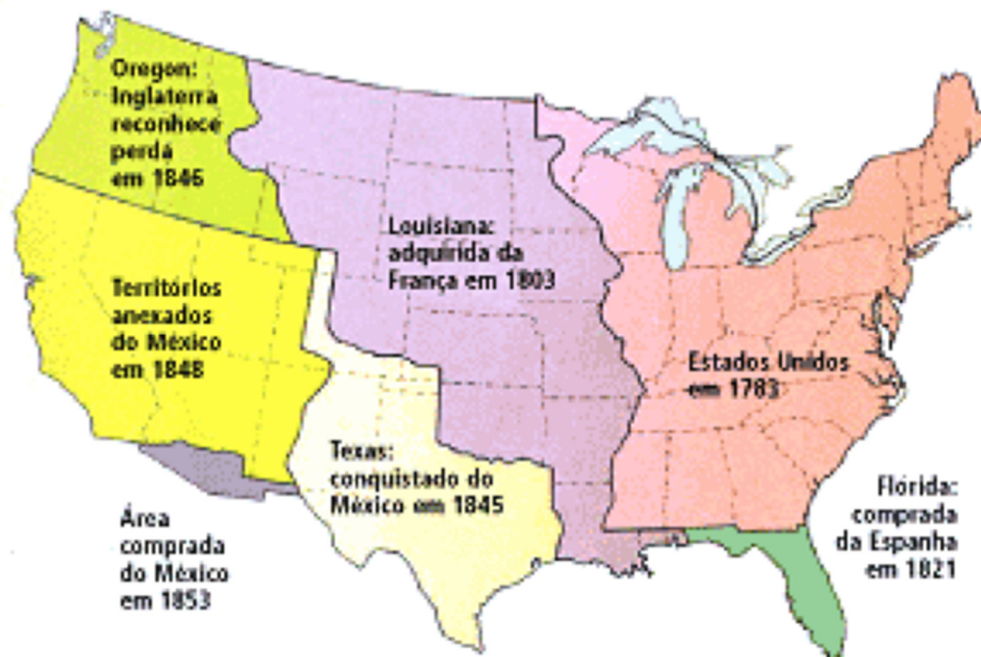
O *papel da União*, isto é, do Estado federal, não pode ser subestimado. Possuía cerca de 80% das terras conquistadas para o país, mais de 5 milhões de quilômetros quadrados (mais de “meio Brasil”). Possuía praticamente tudo que se estendia além dos Apalaches. Utilizou este ativo para:

1. influir na forma de desenvolvimento do país;
2. construir os novos territórios e, depois, Estados federados; e
3. estimular suas políticas de desenvolvimento.

Nas primeiras décadas do século XIX, boa parte do orçamento federal era garantido pela *venda de terras*, chegando a ser entre 40% e 50% das receitas. Além de vender terras, a União dispôs delas para indicar *o que devia ser feito nos novos territórios*, inclusive a *criação de Escolas Superiores*, voltadas prioritariamente para o estudo de agronomia e engenharia (*A&M Colleges*). Somadas aos *efeitos da rede ferroviária* na modelagem do sistema urbano e na distribuição de terras, o país marchou para Oeste, fazendo avançar a fronteira.

A ocupação começou por uma faixa a Leste, as chamadas “Treze Colônias”. Tratava-se de uma faixa relativamente plana de cerca de 200 km de terra úmida e fértil. Era limitada, entretanto, por uma cordilheira, os Apalaches. Depois, seguiu pelos Estados a Oeste, graça aos canais hidroviários e às

ferrovias. Avançou também para o Sul, com os Estados que margeiam o Golfo do México. As últimas conquistas de territórios e subsequentes ondas migratórias integraram as grandes planícies do Centro – o chamado “*faroeste*” – e a Costa Oeste, com os Estados de Washington, Oregon e Califórnia.



Algumas dessas terras foram *adquiridas*, como a Louisiana, vendida pela França, ao passo que outras foram simplesmente *conquistadas* por operações de guerra contra o México, como o Texas e parte da Califórnia. Outras ainda foram objeto de *confisco político* de proprietários privados, promovido tanto pela União quanto pelos Estados. Este confisco começou com as terras pertencentes à Coroa britânica e seus simpatizantes e apoiadores, por exemplo, no Estado de Nova York.

Para entender o papel que, desde a primeira década do século XIX, os Estados federados e o poder local das municipalidades desempenharam no desenvolvimento do país, tem de se saber que restrições política inerentes à chamada *Regra da Maioria* impediam o governo federal de financiar grandes projetos de infraestrutura. Tais projetos forneciam benefícios geograficamente muito concentrados, com custos amplamente difundidos. Assim, o governo federal teria dificuldades para conseguir uma maioria de votos no Congresso a favor de tais medidas. A ele restavam apenas *políticas universalistas para executar pequenos projetos para todos os Estados*. Essa atitude política reflete a autodenominação Estados Unidos da América!

A Constituição norte-americana exige que impostos federais diretos sejam alocados entre os Estados segundo sua população. Assim, ela praticamente proíbe o governo federal de usar a “taxação dos beneficiados” para financiar projetos localizados, restando aos Estados recorrer a esse expediente.

Logo, *os governos estaduais e locais vão adquirindo importância na empreitada desenvolvimentista*, atuando tanto como poder público empreendedor, quanto como sócio principal de empresas mistas. Atuaram no financiamento dessas operações, não só por meio de impostos e taxas, mas também captando empréstimos internos ou externos, contraindo ou garantindo dívidas, e criando corporações para assumir a responsabilidade financeira pelo projeto em troca de ganhos extras com o investimento, um arranjo frequentemente utilizado através da criação de bancos.

Os Estados federados investiam em bancos, canais, estradas. Operavam como intermediadores e captadores de capital, dentro ou fora dos Estados Unidos, para projetos de infraestrutura. Assim, em grande medida, construiu-se a infraestrutura de transporte e finanças que viabilizou o surgimento de um grande mercado interno nacional.

Porém, em 1839, começou uma depressão longa e profunda. Em 1842, oito estados e o território da Flórida entraram em moratória, havendo não apenas uma onda de não pagamento da dívida, mas também de denúncia de ilegitimidade das dívidas. Isso afetou a imagem dos norte-americanos na Europa, pois passaram a ser vistos como devedores duvidosos e pouco confiáveis. *Tal lá como cá... Antes e depois...*

Em 1861, antes da Guerra Civil, os subsídios estaduais já estavam proibidos por emenda constitucional em quase todos os Estados. A doutrina de *laissez-faire* passou a ser mais frequentemente usada para a condenação ideológica das ações dos governos, inclusive em questões financeiras. Firmou-se como um refrão em discursos político-parlamentares. A ação governamental passou a ser mais pragmática do que programática. Subsistiria, no entanto, espaço para a volta do ativismo estatal.

À medida que as emendas constitucionais surgiam e impunham limites ao endividamento dos Estados, *as municipalidades assumiam o protagonismo na onda de ativismo estatal*, investindo amplamente em infraestrutura de serviços públicos, estradas, água, coleta de esgoto e educação. Assim, se no fim dos anos 1830, o *débito dos Estados* era cerca de oito vezes o débito nacional somado aos de governos locais, em 1900, o *débito dos governos locais* era cerca de oito vezes o endividamento do Estado, invertendo a situação de 1839. Mas a densidade das malhas de transporte se espalhou por toda a faixa leste dos Estados Unidos.

Em resumo, há *duas fases no ativismo estatal norte-americano* que, no século XIX, abriu caminho para o desenvolvimento do país. Na primeira dessas fases, o protagonismo coube ao *governo estadual*, na segunda, ao *governo municipal*.

No fim do século XIX, os Estados Unidos, antes um *celeiro da Europa*, via exportação de algodão, tabaco, arroz, trigo, milho, etc., superaria a Grã-Bretanha no que diz respeito à produção industrial. Continuava a ser um grande produtor e exportador agropecuário, mas já era também *a primeira potência industrial*. Nas primeiras décadas do século XX, também superaria os britânicos como exportador de bens industriais. A Inglaterra deixou de ser a fábrica do mundo.

3.3 Revolução Francesa

No filme “*Danton: O Processo da Revolução*”, é encenado um expressivo diálogo entre os líderes da Revolução Francesa, durante um jantar onde se fazia uma última tentativa de conciliação entre jacobinos e girondinos diante do período do Terror. Esse diálogo espelha a dificuldade de diálogo entre um autodenominado “homem do povo” (Danton) e um “homem do poder” (Robespierre), ou seja, entre o populismo e o elitismo.

Robespierre (desafiando) – *Você aspira ao poder?*

Danton – *Eu não preciso, eu já o tenho. O único e real poder é aquele que vem do homem na rua. Eu o compreendo, ele me compreende. Nunca esqueça isso!*

Robespierre – *Eu não esqueço, mas não esqueça você que, para torná-los felizes, eu terei que parar com tudo.*

Danton (se levanta e parte para cima de Robespierre, esbravejando) – *Você quer fazê-los felizes? Você não sabe nada sobre o povo! Quem pensa que é? Olhe pra você! Você não bebe, você está coberto de pó de arroz, espadas fazem você desmaiar, e dizem até que nunca teve uma mulher! Você fala para quem?! Fazer os homens felizes... Você nem é um homem. Eu vou te mostrar as pessoas, vamos andar um pouco pelas ruas...*

Um diálogo mais sensato seria Danton perguntar: “*Você exterminaria quem você acha que exterminará outras pessoas?*” E Robespierre responder: “*O que eu faria é falar com este homem. Tentaria, da melhor maneira possível, mostrar-lhe que está equivocado. Desafiaria suas ideias ao trocar pensamentos. Provocaria uma mudança através de um debate inteligente.*”

Os jacobinos, liderados por Robespierre, haviam se defrontado com um dilema no exercício do poder:

- *ou respeitavam o direito dos proprietários* e corriam o risco de perder o apoio das massas populares,
- *ou intervinham no direito à propriedade*, acirravam a resistência da oposição ao governo revolucionário e recorriam ao Terror.

Sem contestar o direito à propriedade em si, os jacobinos optaram por confiscos de emergência e, em condições de guerra contra os invasores estrangeiros, radicalizaram a repressão. O desgaste e a derrota dos jacobinos tiveram consequências históricas profundas.

Desde logo, as execuções em guilhotinas, primeiro de Danton, depois de Robespierre e Saint-Just, em 1794, foram *a expressão do início de um movimento histórico-político caracterizado por um resolutivo deslocamento para a direita*. No final do século XVIII veio o Diretório, depois, já com Napoleão, o Consulado, em seguida, o Império e a Restauração Monárquica.

Nilo Odalia, no oitavo capítulo do livro *História da Cidadania*, defende que os muitos processos históricos, cujas origens remontam ao final da Idade Média e início da Idade Moderna (séculos XV e XVI), depois de passar por Reforma e Contrarreforma, culminam nas revoluções burguesas do século XVII e XVIII, destruindo o Estado Monarquista Absoluto. Por sua vez, origina o longo processo histórico, ainda em andamento, de *conquista de direitos civis, políticos e sociais* por parte de todos os seres humanos sem nenhuma discriminação de gênero, sexual ou étnica.

Ao compreender-se a *Revolução Francesa (1789) como fundadora dos direitos civis* reconhece-se também o século XVIII como o século do Iluminismo Ilustrado de Voltaire, Montesquieu, Kant, Goethe, Rousseau, Mozart e Beethoven, entre outros luminares. Nele se deu, também, a tentativa de transformar as Ciências da Natureza em Ciência da Razão e da Experimentação, como verdadeiro caminho para o estabelecimento do conhecimento científico. O fato, a análise e a indução passaram a ser objetos da razão, no *método histórico-indutivo*, diferentemente do século XVII, quando apenas praticava-se o *método racional-dedutivo*.

Neste século XVIII, o Homem começa a tomar consciência de seu papel na História. Essa consciência histórica não limita-se aos intelectuais, mas abrange também a classe ascendente, a burguesia. Também é quando a ideia da *felicidade* é retomada de Epicuro (filósofo grego), via Lucrecio (poeta romano), não como uma conquista individual, mas como uma meta a ser alcançada pela coletividade.

Só se pode pensar na *felicidade como um projeto da sociedade* quando surge como uma possibilidade para todos os que nela vivem, quando criou os meios de fazer com que a educação, a produção de alimentos, a fabricação das coisas que precisava – de roupas às máquinas-ferramentas – atingissem economia de escala suficiente para deixarem de ser privilégios de poucos para ser uma possibilidade para todos.

Evidentemente, isso não significa que hoje todos os seres humanos tenham tudo o que queiram e que não exista mais desigualdade e injustiça. Significa apenas que, a partir da Revolução Industrial, inicia-se um longo processo de produção em abundância que necessita cada vez mais de *inclusão social a um mercado massivo popular em escala mundial*.

A convicção de que era possível constituir-se uma *sociedade de abundância* levou filósofos, cientistas e pensadores de diversas áreas de conhecimento a imaginar que uma *sociedade mais igualitária*, em que as diferenças entre os seres humanos fossem progressivamente desaparecendo, seria também viável. A conquista da *justiça e igualdade social* seria o objetivo central de seus projetos de organização da sociedade.

A ideia do Direito Natural, em oposição ao Direito Positivo ou Histórico – cujas normas legais são impostas pelo Estado e/ou pelo Poder Religioso por um contrato social defensivo –, fundamenta-se na característica humana central: *a razão*.

Seus princípios e a demonstração de sua validade não devem ser procurados na realidade dos fatos. São princípios racionais que, por não serem induzidos da experiência direta, se originam da mente humana. Essa teoria, em última instância, significa uma forma de eliminar Deus, isto é, a Igreja, e o Estado como as fontes fundamentais do Direito e da Justiça. Para os pensadores do século XVIII, o problema fundamental era *conciliar razão e experiência* na justificativa do Direito Natural.

Liberdade, Igualdade e Fraternidade são os direitos que vão sintetizar a natureza do novo cidadão. São as palavras de ordem dos que se amotinaram contra as opressões das quais há séculos padeciam. Em curto retrospecto histórico, com o fim da Idade Média, os reis assumiram o Poder Político, constituindo exércitos em defesa dos ataques intensos sofridos pelos senhores feudais, que acabaram por ser apenas caudatários da Monarquia. Esta, pouco a pouco, tornou-se Absoluta. Luís XIV da França disse, com toda a razão, a frase-síntese: “*O Estado sou eu!*”

Contraditoriamente, os reis viam ainda os nobres e as aristocracias como possíveis inimigos pretendentes de seus tronos. Apelavam para os homens comuns – os camponeses e os burgueses das cidades – quando necessitavam de suporte político e financeiro para a vida na corte e/ou para suas expedições militares. Em *sociedades rurais*, as guerras de conquistas de terras e pilhagens dos vizinhos eram instrumentos de consolidação do Poder Político e Econômico, embora ao custo de aumento das dívidas.

A compensação mais comum foi a de conceder novos direitos e abolir muito da legislação anterior, dando maior liberdade a burgueses e camponeses, tanto para comerciar como para ter terra própria. As *servidões*, características dos tempos feudais, foram sendo abolidas de maneira progressiva até as *Revoluções*, quando houve ruptura com os regimes anteriores e foram extintas totalmente.

Tanto quanto a Revolução Americana (1776) com a Declaração da Independência, a Revolução Francesa (1789) tem como apogeu a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*. O primeiro traço que distingue esta última da primeira é que ela pretende ser universal, isto é, de todos os Homens, sem qualquer tipo de distinção, não importando a que país, povo ou etnia pertençam. Por isso, foi visto como uma ameaça às Monarquias circunvizinhas.

A destruição da herança feudal e da Monarquia provocou uma reação das demais Monarquias. Esta se traduziu na invasão da França por austríacos e ingleses na tentativa de salvar Luís XVI, que acabou sendo guilhotinado no período chamado de Terror (1793-1794). Despertaram nos franceses um espírito patriótico que os ajudou não só a defender sua pátria, mas os incentivou a iniciar um processo de exportação dos ideais da Revolução pelas armas, mais adiante, sob a liderança militar de Napoleão.

O Terceiro Estado, constituído por plebeus desejosos de extinguir as vantagens usufruídas por nobres e alto clero através da igualdade civil, em 26 de agosto de 1789, proclamou a *Declaração dos Direitos do Homem*. Com 17 artigos e um preâmbulo, por seu caráter universal, é um passo significativo no processo de transformar o homem comum em cidadão.

Porém, ela não deixa de ser uma obra de circunstância pelo fato de não ser tão abrangente ao definir os direitos civis do cidadão. Por exemplo, assegura *o direito de alguns à propriedade* sem que nada seja dito em relação aos *miseráveis sem propriedade*.

O novo Homem que dela nasce é, intrinsecamente, um *cidadão*, cuja liberdade deve estar assegurada, entendendo-a como “o direito de fazer tudo que não prejudique os outros”. A liberdade da pessoa, individual, coloca barreiras contra as acusações e prisões arbitrárias como a pressuposição da inocência.

Assegura os *direitos civis* do cidadão, mas também estabelece seus *limites*. Se ao cidadão é assegurado o direito de falar e escrever, imprimir e publicar, não lhe cabe o direito de ofender ou desobedecer ao que é normatizado pela lei. *Coloca a lei acima dos direitos de cidadania*.

O *direito da propriedade* é considerado um direito natural, ninguém podendo dele ser privado. Se, por necessidade do Estado, a propriedade for confiscada, seu proprietário deverá ser devidamente indenizado. Também as dignidades, os cargos e os postos de trabalho públicos tornam-se acessíveis a todo cidadão francês.

Os *direitos da Nação* devem estar sempre subordinados aos *direitos do Cidadão*, visto que o Estado não é um fim em si mesmo. Seu objetivo é assegurar que os direitos civis sejam usufruídos pelo cidadão. Se falhar nessa sua principal missão, ao cidadão resta o *direito de sublevação*.

A Nação é soberana, devendo-se compreendê-la como o conjunto de cidadãos. *A lei deve ser a expressão da vontade geral*. Deve haver uma separação dos poderes políticos em Executivo, Legislativo e Judiciário. Cabe também aos cidadãos, por si ou por seus representantes, o controle das finanças públicas e da administração.

A *cidadania* é uma lenta construção que se vem fazendo a partir da Revolução Inglesa, no século XVII, passando pela Revolução Americana, em 1776, e pela Revolução Francesa, em 1789, mas também envolvendo a Revolução Industrial. Esta que trouxe uma nova classe social, o proletariado urbano, à cena histórica.

Herdeiro da burguesia, o proletariado não apenas dela herda a consciência histórica do papel de força revolucionária como também busca ampliar, nos séculos XIX e XX, os direitos civis que ajudou a burguesia a conquistar por meio da Revolução Francesa. Abre-se, então, o leque de possibilidade para que as chamadas “minorias” – mulheres, homossexuais, negros, nativos, etc. – possam ser abrangidos pelos direitos civis. *É uma história em andamento*.

3.4 Unificação Alemã

Martin Kitchen narra a *História da Alemanha Moderna*, que resumo em seguida. *O Sacro Império Romano-Germânico foi dissolvido* formalmente em 6 de agosto de 1806, com a renúncia do último Sacro Imperador. *A Confederação do Reno foi criada*, sob a proteção de Napoleão. No período de 1808 a 1812,

a Prússia foi reconstruída e uma série de reformas regulou a administração municipal, a liberação dos camponeses e a emancipação dos judeus. A reforma do exército foi empreendida por generais prussianos.

Em 1813, tiveram início as guerras de liberação, em seguida à destruição do exército napoleônico na Rússia (1812). Após a Batalha das Nações em Leipzig, rompeu-se o controle francês sobre a Alemanha. *A Confederação do Reno foi dissolvida*. Em 1815, Napoleão foi definitivamente derrotado em Waterloo por forças do Reino Unido, auxiliadas pelo exército prussiano.

As reformas na Prússia, projetadas para fortalecer o Estado com a finalidade de libertar as províncias sob ocupação francesas, resultaram na formação de uma nova Alemanha em 1871. O liberalismo progressista das primeiras décadas do século XIX foi gradualmente transformado em um nacionalismo autoritário.

Uma noção um tanto vaga de uma *identidade nacional alemã* tinha sido articulada pela primeira vez no século XVIII. Ela se baseava nas *peculiaridades culturais e linguísticas do mundo de língua alemã*. Era abstrata, humanista, cosmopolita, filosoficamente refinada e apolítica. O intenso ódio aos franceses, causado pelas guerras revolucionárias e napoleônicas, ao lado do comportamento inaceitável das tropas de ocupação francesas, azedou esse nacionalismo incipiente. O *cosmopolitismo* se transformou em um sentimento arrogante de superioridade cultural. O *apolitismo* se tornou uma obsessão reacionária com um passado alemão visto pelo “mito fundador”. O refinamento foi destilado em uma obscuridade impenetrável, porém contaminante na elite.

Após a queda de Napoleão, os monarcas e estadistas europeus reuniram-se no *Congresso de Viena*, em 1814, com vistas a reorganizar a Europa, sob a liderança do príncipe austríaco Metternich. Dentre os princípios políticos pactuados, impuseram-se a restauração, a legitimidade e a solidariedade dos governantes em prol da repressão a ideias revolucionárias e nacionalistas. No território do antigo Sacro Império Romano, formou-se a *Liga Alemã*, uma união fraca de 39 estados (35 príncipes reinantes e 4 cidades livres), sob a liderança da Áustria.

Em 1834, estabeleceu-se a *Zollverein*, uma união aduaneira entre a Prússia e a maior parte dos demais estados alemães, com a exclusão da Áustria.

O crescente descontentamento com a ordem política e social imposta pelo Congresso de Viena levou à eclosão da *Revolução de Março de 1848* nos estados alemães que, em 1834, tinham estabelecido uma união aduaneira entre a Prússia, com a exclusão da Áustria. Em maio, foi criada a Assembleia Nacional Alemã – ou *Parlamento de Frankfurt* –, com o objetivo de preparar uma constituição nacional alemã. A união aduaneira criou um mercado que logo iria desafiar a supremacia britânica. O capital se deslocou para o norte enquanto a Áustria declinava.

Tudo o que faltava era *alguma forma de unificação* para que a Alemanha fosse a nação mais poderosa do continente. Mas que forma iria tomar essa *unificação*? Seria uma Grande Alemanha, que incluiria a Áustria, ou uma Pequena Alemanha sob o domínio prussiano?

As questões-chave eram: *quem era alemão? Onde estava a Alemanha?* De início, concordou-se que os alemães eram pessoas que falavam alemão e a Alemanha estava “onde quer que o alemão fosse falado”. Mas, e os suíços falantes de alemão? E os alsacianos que falavam alemão mas tinham a cidadania francesa? E os milhares de prussianos que falavam polonês? E os tchecos nas províncias austríacas da Boêmia e da Morávia? Os judeus deveriam ser tratados como cidadãos iguais ou o povo alemão precisaria ser protegido contra “esses estrangeiros ameaçadores”? Os delegados do parlamento prussiano não chegaram a um consenso.

A *Revolução de 1848* terminou por fracassar. O Rei Frederico Guilherme IV da Prússia recusou a coroa imperial, o Parlamento de Frankfurt foi dissolvido, os príncipes reinantes reprimiram os levantes pela força e a *Liga Alemã* foi restabelecida em 1850.

Em 1862, o Príncipe Bismarck foi indicado como primeiro-ministro da Prússia — apesar da objeção dos liberais e dos socialistas, que o consideravam um reacionário. As *políticas domésticas de Bismarck*, na qualidade de Chanceler da Alemanha, caracterizaram-se por sua luta contra os supostos inimigos do estado protestante da Prússia. A outra suposta ameaça era a ascensão do Partido dos Trabalhadores Socialistas – mais tarde, Partido Socialdemocrata da Alemanha –, cujo propósito declarado era estabelecer uma nova ordem socialista através da transformação das estruturas políticas e sociais existentes. A partir de 1878, Bismarck procurou reprimir o movimento socialdemocrata, proibindo sua organização, assembleias e a maioria de seus periódicos. Por outro lado, ao instituir um Sistema de Previdência Social, esperava ele ganhar o apoio das classes trabalhadoras do Império.

A controvérsia entre a França e a Prússia acerca da sucessão do trono espanhol por um candidato alemão provocou a *Guerra Franco-Prussiana* (1870-1871). Em seguida à declaração de guerra francesa, tropas prussianas e sul-alemãs invadiram a França em 1870. O exército francês terminou por capitular. O Imperador Napoleão III foi feito prisioneiro e o Segundo Império francês desmoronou. Após a rendição de Paris, foi celebrada a *Paz de Frankfurt*: a França obrigava-se a ceder à Alemanha a Alsácia e a parte germanóфона da Lorena, que eram territórios ricos em ferro e carvão, pagar indenizações. Ela teve seu contingente de soldados limitado a cem mil soldados, além de não poder manter fortificações em um raio de 100 km com a fronteira alemã. As concessões territoriais feriram o orgulho nacional francês, profundamente, e formariam um obstáculo à concórdia franco-alemã. Além disso, o Kaiser Guilherme I da Prússia foi coroado no Palácio de Versalhes, outra humilhação simbólica para a França.

A prioridade de Bismarck era *proteger o poder alemão em expansão*, por meio de um sistema de alianças, e procurar conter crises internacionais até que a Alemanha estivesse preparada para provocá-las. Nesse sentido, era de particular importância conter e isolar a França, pois Bismarck temia que esta formasse uma aliança com a Rússia e se vingasse de sua perda da Alsácia e da Lorena.

Bismarck custou a acatar as aspirações do Imperador Guilherme I no sentido de tornar a Alemanha uma potência mundial através da *aquisição de colônias alemãs*. Bismarck desejava de todas as maneiras evitar tensões com as potências europeias que ameaçassem a segurança da Alemanha. Mas quando, entre

1880 e 1885, o quadro internacional se mostrou auspicioso, Bismarck acedeu, estabelecendo-se então algumas *colônias ultramarinas alemãs*: na África (Togo, Camarões, Sudoeste Africano Alemão e África Oriental Alemã) e na Oceania (Nova Guiné Alemã, o Arquipélago de Bismarck e as Ilhas Marshall).

O Kaiser Guilherme I morreu em 1888, sucedendo-o seu filho, Frederico III, o qual reinou por apenas 99 dias, até a sua morte. Subiu ao trono, então, o jovem e ambicioso Guilherme II, filho de Frederico. *Bismarck renunciou em 1890*, devido a divergências políticas e pessoais com o novo Kaiser, que desejava ser “o seu próprio chanceler”.

Com uma lista tão abrangente de adversários – socialdemocratas, católicos, franceses, poloneses, alsacianos, dinamarqueses e, sempre que era politicamente conveniente, judeus –, *uma maioria de cidadãos era considerada estrangeira*, ao passo que *somente conservadores protestantes eram julgados verdadeiros alemães*. O sistema começou a se desintegrar quando poderosas *forças liberais e democráticas* enfrentaram um *conservadorismo* obstinadamente resistente à mudança, apoiado pelo *populismo antisemita racista*.

No entanto, quando a I Grande Guerra Mundial começou, em 1914, essas tensões sociais e políticas foram temporariamente superadas em uma extraordinária exibição de unidade nacional. Mas, à medida que a guerra foi se arrastando, *a nação se desintegrou*.

A política de poder imperialista e a defesa determinada dos interesses nacionais terminaram por levar à eclosão da Primeira Guerra Mundial, em 1914, tendo como causa imediata *o assassinato do herdeiro do trono austríaco*, Franz Ferdinand, e sua mulher, em Sarajevo, em 28 de junho de 1914, nas mãos de um nacionalista sérvio.

Outras *causas para a guerra*, indicadas por historiadores, são:

1. as políticas opostas levadas a cabo pelas potências europeias,
2. a corrida armamentista,
3. as rivalidades germano-britânica e franco-germânica,
4. as dificuldades do Estado multinacional austro-húngaro,
5. a política russa para os Bálcãs, e
6. as apressadas mobilizações e ultimatos baseados na premissa de que o conflito seria de curta duração.

A Alemanha lutou ao lado da Áustria-Hungria e do Império Otomano contra Rússia, França, Reino Unido, Itália e vários outros Estados menores. Houve combates também no Oriente Próximo e nas colônias alemãs.

Nos termos do *Tratado de Versalhes*, assinado em 28 de junho de 1919, a Alemanha deveria ceder a Alsácia-Lorena e outras regiões. A Polônia foi restaurada e, após plebiscitos e levantes independentistas, foram-lhe entregues Posen, a Prússia Ocidental e a Alta Silésia. Todas as colônias seriam entregues aos Aliados. As margens direita e esquerda do Reno seriam permanentemente desmilitarizadas. O Sarre, centro

industrial importante, seria governado pela Liga das Nações por 15 anos, seus campos de carvão administrados pela França.

Para assegurar o cumprimento do tratado, tropas aliadas ocupariam a margem esquerda (alemã) do Reno por um período entre 5 e 15 anos. O exército alemão ficaria limitado a 100 mil oficiais e soldados; o estado-maior seria dissolvido; grandes quantidades de material bélico seriam entregues e a fabricação de munições, rigidamente controlada. A Marinha sofreria redução semelhante; ficava proibida a utilização de aeronaves militares. A Alemanha e seus aliados deveriam aceitar a exclusiva responsabilidade pela guerra e pagar *compensações financeiras* pelas perdas e danos sofridos pelos Aliados.

Os *humilhantes termos da paz* provocaram indignação entre os alemães e enfraqueceram drasticamente o novo regime democrático. Em 11 de agosto de 1919, entrou em vigor a *Constituição de Weimar*, sendo Friedrich Ebert o primeiro Presidente da República.

Os dois maiores inimigos do novo regime democrático eram o Partido Comunista Alemão (KPD) e o Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP – nazista), que se utilizariam das liberdades democráticas para lutar *contra a República de Weimar*. Nos primeiros meses de 1920, fracassou uma tentativa de golpe de Estado feita pelo extrema-direita em Berlim. Greves e rebeliões em outras cidades foram violentamente reprimidas.

Quando a Alemanha deixou de pagar a indenização de guerra, janeiro de 1923, tropas francesas e belgas ocuparam o distrito do Ruhr, altamente industrializado. A resistência passiva subsequente foi bem-sucedida, mas levou à *hiperinflação* – os que perderam as suas fortunas e os empregos tornar-se-iam inimigos da República de Weimar e eleitores da direita antidemocrática.

Na noite de 8 de novembro de 1923, seiscentos integrantes armados das SA cercaram uma cervejaria em Munique, onde os dirigentes do estado da Baviera e os comandantes locais do exército alemão se encontravam para uma reunião pública. As tropas de assalto eram chefiadas por Adolf Hitler.

Nascido em 1889, na Áustria, ex-voluntário no exército alemão durante a Primeira Guerra Mundial, na época membro do NSDAP, *Hitler era até então desconhecido*. Procurou forçar os presentes a se juntarem a ele em uma marcha contra Berlim para tomar o poder – o chamado *Putsch da Cervejaria*. Foi posteriormente preso e condenado a cinco anos de detenção, mas terminou por ser solto com apenas um ano de prisão, no fim de 1924. As eleições nacionais de 1924 foram ganhas pela direita com um Marechal-de-Campo monarquista sendo eleito Presidente.

O *crash* de Wall Street, em 1929, e a consequente *Grande Depressão* foram sentidos na Alemanha, cuja economia ficou muito abalada. No início de 1932, o desemprego no país já atingia mais de seis milhões de pessoas. Ocorreu também uma crise política, devido à incapacidade de os partidos políticos da base governista, representados no *Reichstag*, constituírem uma maioria para aprovar um pacote de medidas de austeridade contra a vontade de uma maioria de parlamentares sociais-democratas, comunistas e do NSDAP nazista.

O NSDAP nazista saiu vitorioso nas eleições de julho de 1932, com 38% dos votos, recebendo o apoio da pequena burguesia, da juventude desempregada e da população rural, o que lhe deu a maior bancada no *Reichstag*. O KPD comunista, por sua vez, passou a ser o terceiro maior partido no Parlamento, com 15%. Em 30 de janeiro de 1933, pressionado pelo ex-Chanceler Franz von Papen e outros conservadores, o Presidente Hindenburg nomeou Hitler para o cargo de chanceler.

A *resistência à ameaça nazista* foi enfraquecida pela incapacidade das forças democráticas de resolver suas acentuadas diferenças com o objetivo de chegar a um denominador comum exequível diante de um perigo maior, bem como pela insensatez dos conservadores que imaginavam que poderiam usar Hitler para servir aos seus próprios propósitos. Assim que foi designado chanceler, ele rapidamente instituiu uma *ditadura de partido único*, e os seus adversários foram intimidados e obrigados a se submeter.

O chanceler Adolf Hitler acusou os comunistas pelo incêndio criminoso do prédio do Reichstag, ocorrido na noite de 27 de fevereiro de 1933, e logrou convencer o Presidente Hindenburg a assinar o “decreto do incêndio do Reichstag”, que suspendia importantes direitos políticos e humanos e permaneceu em vigor até 1945. Foram detidos e enviados para campos de concentração 11 mil comunistas e socialistas, que ficaram à disposição da nova polícia secreta, a Gestapo.

Os nazistas forneceram uma resposta radical e horrenda para a eterna pergunta: “*quem é alemão?*”. Os velhos inimigos de Bismarck – os socialdemocratas, os cristãos politizados, os liberais com tendências esquerdistas – foram enviados para o exílio ou aprisionados em campos de concentração. A elite polonesa foi sistematicamente assassinada. Com base no *mito da “raça pura”*, a sociedade alemã foi purgada de todos os elementos considerados perigosos e debilitantes, como os deficientes físicos e mentais, os criminosos habituais, os homossexuais, os ciganos e os judeus. Eles eram segregados, esterilizados ou assassinados.

Os criminosos de guerra deixaram um mundo em ruínas, com dezenas de milhões de mortos, entre eles, seis milhões de judeus. Em 1945, a Alemanha era uma pilha de escombros com uma população faminta, dividida em quatro zonas de ocupação. Em consequência das imposições da *Guerra Fria*, o país restou dividido em um *estado democrático e capitalista* no ocidente e uma *economia estalinista planejada* no oriente.

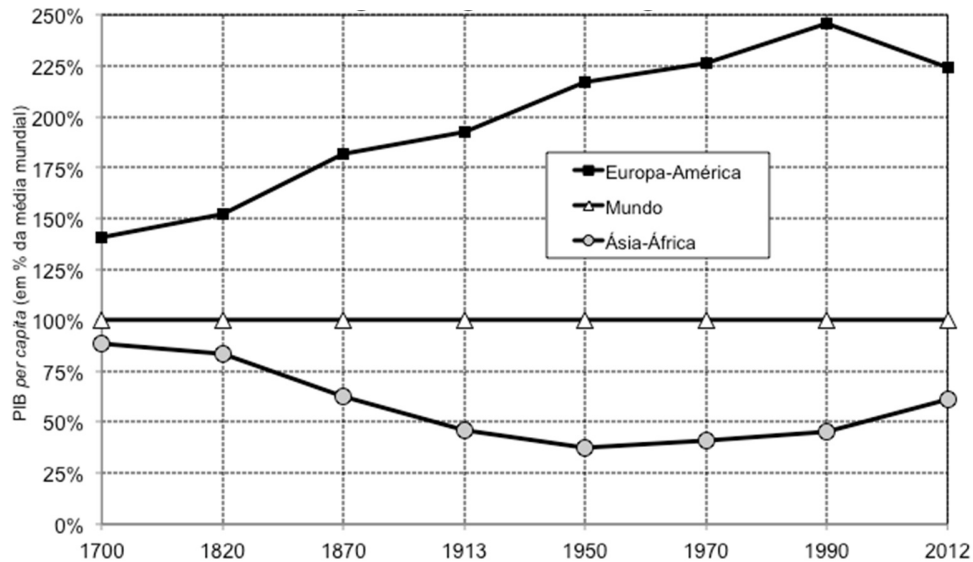
Esta ficou praticamente falida na década de 1980. Abandonada pela liderança soviética, o regime burocrático estalinista desmoronou e, em consequência da primeira eleição livre depois de 57 anos, o país optou por se unir à República Federal. No dia 3 de outubro de 1990, a Alemanha foi novamente reunida, mas os efeitos psicológicos de quase sessenta anos de ditadura, vigilância, censura e repressão permanecem. Os contribuintes da Alemanha Ocidental encaram os orientais como párias, grosseiros e mal-agraçados. Os orientais, por sua vez, se ressentem dessa arrogância e sentem que são colonizados por um grupo egoísta de materialistas gananciosos. *O processo de reunificação ainda permanece longe de estar completo.*

4 Por causa disso: Civilização Ocidental X Civilização Oriental

Quadro 2
Civilizações: ascensões e quedas dos Impérios

Civilizações	Ascensões e Quedas dos Impérios	Ciclos "meio" Milenares
Civilização Ocidental 1.0	República Romana	(550aC-44aC)
	Império Romano Ocidental	(44aC-476dC)
Civilização Oriental 1.0	Império Romano Oriental Bizantino	(476-1453)
	Império Chinês I	(Dinastia Ming 1368- Guerras do Ópio Anglo-Chinesa: 1839-1842 e 1856-1860)
Civilização Ocidental 2.0	Império Anglo-Saxão ou Euro-Americano ("Império Soviético" 1917-1991)	(1492-2050)
Civilização Oriental 2.0	Império Chinês II	(1979-...)

Gráfico 1.3
A desigualdade mundial, 1700-2012: divergência seguida de convergência?



O PIB por habitante na Ásia-África saltou de 37% da média mundial em 1950 para 61% em 2012.

Fontes e séries: www.intrinseca.com.br/ocapital.

O Gráfico 1.3, reproduzido de Piketty (2014), revela a elevação das desigualdades da renda per capita de blocos de continentes entre 1700 e 1990 e uma tendência de convergência se esboçando a partir de então. O PIB por habitante na Ásia-África saltou de 37% da média mundial em 1950 para 61% em 2012.

Niall Ferguson, na obra *Civilização: Ocidente X Oriente* (São Paulo: Planeta, 2012), inspiradora do Quadro 2 – Civilizações: Ascensões e Quedas dos Impérios, defende que a supremacia ocidental, durante o último ½ milênio, deveu-se ao capitalismo, à liberdade e/ou à democracia. O que distinguiu o Ocidente do Oriente – as molas propulsoras do poder global – foram *seis novos sistemas de instituições identificáveis* e as ideias e os comportamentos associados a eles. Estes “aplicativos” (ou *apps*) que permitiram que uma minoria da humanidade, originando-se no extremo oeste da Eurásia, dominasse o mundo durante a maior parte dos últimos 500 anos.

Outros aspectos cruciais da supremacia ocidental, como “armas, germes e aço” (título da obra-prima de Jared Diamond), estão implícitos nas breves definições seguintes dos seis *apps*.

1. *Competição*: uma descentralização da vida política e econômica, que criou as condições para o surgimento dos Estados-nação e do capitalismo.
2. *Ciência*: uma forma de estudar, entender e, finalmente, transformar o mundo natural, que deu ao Ocidente, entre outras coisas, uma importante vantagem militar sobre o restante.
3. *Direitos de propriedade*: o controle da lei como um meio de proteger os proprietários privados e solucionar, pacificamente, as disputas entre eles, que assentou a base para a forma mais estável de governo representativo.
4. *Medicina*: um ramo da ciência que possibilitou uma importante melhoria na saúde e na expectativa de vida, inicialmente nas sociedades ocidentais, mas também em suas colônias.
5. *Sociedade de consumo*: um modo de vida material em que a produção e a compra de roupas e outros bens de consumo desempenham um papel econômico central, e sem o qual a Revolução Industrial teria sido insustentável.
6. *Ética do trabalho*: um sistema moral e um modo de atividade derivados do cristianismo protestante, entre outras fontes, que fornece a coesão à sociedade dinâmica e potencialmente instável criada pelos itens anteriores.

Ferguson pretende mostrar que não foi só a superioridade ocidental que levou à conquista e à colonização de grande parte do restante do mundo; foi também *a fraqueza fortuita de seus rivais*. Na década de 1640, por exemplo, uma combinação de crise fiscal e monetária, mudança climática e epidemia desencadeou uma rebelião e o colapso da dinastia Ming na China. Isso não teve nada a ver com o Ocidente. Da mesma maneira, o declínio político e militar do Império Otomano teve mais causas internas do que

externas. O fracasso de Simon Bolívar em criar os Estados Unidos da América Latina não foi “culpa dos gringos”.

O ponto crítico é que *a diferença entre o Ocidente e o restante do mundo era institucional*. A Europa Ocidental superou a China, em parte, porque no Ocidente havia mais competição tanto na esfera política quanto na econômica. A Áustria, a Prússia e, mais tarde, até mesmo a Rússia se tornaram mais eficazes em termos administrativos e militares porque a rede de comunicação que levou à Revolução Científica surgiu no mundo cristão, mas não no muçumano.

A razão pela qual as ex-colônias norte-americanas se saíram muito melhor que as da América do Sul é que os colonizadores ingleses estabeleceram no Norte um *sistema de direitos de propriedade e representação política* completamente diferente daquele implementado por espanhóis e portugueses no Sul. O Norte era uma “ordem de acesso aberto”, em vez de “fechado”, administrada segundo os interesses de elites exclusivas e em busca de privilégios.

Os impérios europeus foram capazes de penetrar na África não só porque tinham a metralhadora Maxim. Eles também conceberam vacinas contra doenças tropicais às quais os africanos eram igualmente vulneráveis.

Da mesma maneira, a industrialização precoce do Ocidente refletia vantagens institucionais: a possibilidade de uma *sociedade de consumidores em massa* existia nas ilhas britânicas bem antes do advento e da disseminação da energia a vapor ou do sistema fabril. Mesmo quando a tecnologia industrial estava disponível quase universalmente, a diferença entre o Ocidente e o restante do mundo persistiu; de fato, tornou-se ainda maior.

Sem um maquinário totalmente padronizado de fiação e tecelagem do algodão, o trabalhador europeu ou norte-americano ainda era capaz de trabalhar de maneira mais produtiva, e seu empregador capitalista de acumular riqueza mais depressa do que seus pares orientais.

O investimento em saúde e em educação pública deu bons resultados; onde não houve investimento, as pessoas continuaram pobres. O livro *Civilização: Ocidente X Oriente* de autoria de Niall Ferguson é sobre todas essas diferenças – porque existiram e porque foram tão importantes.

A Tabela 1.1, reproduzido de Piketty (2014), apresenta a divisão do PIB mundial em 2012. Neste ano, o PIB mundial, estimado por Paridade do Poder de Compra, era 71.200 bilhões de euros. A população mundial era 7.050 milhões de habitantes. Então, a renda per capita anual era 10.800 euros, equivalente a 760 euros mensais.

Tabela 1.1
A divisão do PIB mundial em 2012

	População (em milhões de habitantes)		PIB (em bilhões de euros 2012)		PIB por habitante	Renda mensal equivalente por habitante
	(em euros 2012)					
Mundo	7.050	100%	71.200	100%	10.100 €	760 €
Europa	740	10%	17.800	25%	24.000 €	1.800 €
União Europeia	540	8%	14.700	21%	27.300 €	2.040 €
Rússia/Ucrânia	200	3%	3.100	4%	15.400 €	1.150 €
América	950	13%	20.600	29%	21.500 €	1.620 €
Estados Unidos/Canadá	350	5%	14.300	20%	40.700 €	3.050 €
América Latina	600	9%	6.300	9%	10.400 €	780 €
África	1.070	15%	2.800	4%	2.600 €	200 €
Norte da África	170	2%	1.000	1%	5.700 €	430 €
África Subsaariana	900	13%	1.800	3%	2.000 €	150 €
Ásia	4.290	61%	30.000	42%	7.000 €	520 €
China	1.350	19%	10.400	15%	7.700 €	580 €
Índia	1.260	18%	4.000	6%	3.200 €	240 €
Japão	130	2%	3.800	5%	30.000 €	2.250 €
Outros	1.550	22%	11.800	17%	7.600 €	570 €

O PIB mundial, estimado em paridade do poder de compra, era de 71.200 bilhões de euros em 2012. A população mundial era de 7.050 bilhões de habitantes; assim, o PIB por habitante era de 10.100 euros (equivalente a uma renda por habitante de 760 euros por mês). Todos os valores foram arredondados para a dezena ou centena mais próxima.

Fontes: www.intrinseca.com.br/ocapital.

4.1 Revolução Soviética

Na obra de Marx e Engels, há interpretação inovadora – e de conhecimento fundamental – a respeito do *capitalismo industrial* até o seu tempo histórico. No entanto, seria incoerente desdobrar deles uma *visão determinista do futuro*, seja do *capitalismo financeiro* dos séculos XX e XXI, seja de eventual *modo de produção socialista*. No entanto, como resultante do debate político entre os socialistas no século XIX, talvez na esperança de maior convencimento ideológico de operários a respeito do seu papel revolucionário, eles esboçaram *um devir otimista*.

Devir como verbo de ação indica *vir a ser*, *tornar-se*, *transformar-se* ou *devenir*. Substantivamente, refere-se ao fluxo permanente, movimento ininterrupto, atuante como uma lei geral do universo, que dissolve, cria e transforma todas as realidades existentes. A etimologia de *devenir* significa

“tornar-se, começar a ser o que não era antes”. Por que tinham essa expectativa otimista a respeito do futuro socialista?

Será que as longas e heterogêneas experiências históricas de transição entre modos de produção escravista, feudalista e capitalista indicavam alguma razão científica para a dedução de que a transição para um futuro modo de produção socialista e, posteriormente, comunista, se daria por uma ruptura súbita, um “golpe de sorte” ou, pior, um “golpe de Estado”? Não, seria pura ficção científica.

No entanto, lê-se no pouco que Marx e Engels escreveram a respeito de socialismo uma forte convicção de que, após a tomada do poder, a classe operária transformaria rapidamente a sociedade e promoveria a extinção do Estado! Nada mais chocante com a realidade da Revolução Soviética – e outras revoluções “socialistas” posteriores – onde partidos auto definidos como marxistas, após se apossarem do Poder Estatal, eliminaram todos os demais partidos concorrentes e configuraram como Partido Único de Estado totalitário.

Na verdade, Marx e Engels relegaram a segundo plano o exame aprofundado das possíveis transformações políticas que o Estado em um modo de produção socialista deveria sofrer. Mesmo porque achavam que ele não duraria muito...

Na medida em que os socialistas se organizavam e conquistavam aparelhos sindicais e assentos nos Paramentos, descobriam que podiam obter benefícios sociais antes mesmo de chegarem ao modo de produção socialista. Para tanto, precisavam lutar, desde logo, por reformas no aparelho de Estado. Mas não podiam deixar de inventar novas formas de ações comprometidas com o aperfeiçoamento da cidadania via ampliação dos direitos universais do Homem.

De fato, os socialistas criaram os primeiros “partidos massivos” e os primeiros “sindicatos populares” da história. Marx, que morreu em 1883, não chegou a presenciar o desencadeamento desse processo de organização política ampla.

Engels resolveu publicar, em 1891, no debate preparatório do Congresso do Partido Social-Democrático dos Trabalhadores Alemães, algumas observações que o falecido Marx havia escrito, em 1875, sobre o futuro socialismo. *Crítica ao Programa de Gotha* trazia comentários sobre os projetos do Partido Operário Unificado Alemão, cujas posições eram predominantemente *lassalleanas*, ou seja, estimulavam no movimento operário critérios pragmáticos, alianças utilitárias.

Mudanças políticas exigiam o emprego de novas táticas, de novos instrumentos culturais e políticos. A participação democrática potencial passava da escala das centenas e dos milhares para a escala dos milhões de militantes. As propostas dos socialistas, entretanto, eram sintomaticamente mais ousadas e mais concretas no plano das reformas socioeconômicas do que no plano da institucionalização das reformas políticas.

Os socialistas pareciam se sentir bem mais à vontade quando opinavam sobre “os direitos das maiorias” do que sobre “os direitos das minorias”. O discurso dos liberais enfrentava mais à vontade o problema dos direitos e garantias individuais.

Como governar? Que compromissos assumir em face dos direitos e garantias individuais? Na virada do século XIX para o XX, os socialistas não enfrentavam ainda as questões de Estado, privilegiando apenas a defesa de medidas de base que fortaleceriam a cidadania por meio de transformações sociais obtidas com política massiva. Apostavam em processos sociais incrementais, lentos e graduais, porém cumulativos da força organizativa.

Logo, quando se depararam com oportunidades históricas de tomada do Poder Estatal, paradoxalmente, se deram muito mal em relação ao tratamento dos Direitos Humanos. O Socialismo Realmente Existente (SOREX) foi (e continua sendo) um desastre no campo dos Direitos Cíveis e Políticos, embora alguns sobreviventes se justifiquem pelos avanços no campo dos Direitos Sociais.

Por que? O que fazer? Esta são questões que deixam a esquerda atônita. O debate a respeito de socialismo – necessita de acrescentar o adjetivo “democrático” – pouco avançou depois da ruína da ex-URSS e da simbólica “queda do Muro de Berlim”.

Não se enfrentou o trauma da revelação do *Gulag* – em português: Administração Geral dos Campos de Trabalho Correccional e Colônias. Era um sistema de campos de trabalhos forçados para criminosos, presos políticos e qualquer cidadão em geral que se opusesse ao regime da União Soviética. Todavia, a grande maioria era de presos políticos. Por exemplo, no campo Gulag de Kengir, em junho de 1954, existiam 650 presos comuns e 5200 presos políticos.

Antes da Revolução Soviética, o *Gulag* chamava-se *Katorga*, e aplicava exatamente a mesma coisa: pena privativa de liberdade, pena de trabalhos forçados e pena de morte. Os bolcheviques continuaram a tradição autocrática-imperial russa em uma escala dezenas de vezes maior e em condições muito piores, onde até o canibalismo existiu.

A criminalização da dissidência política era regra tanto na ex-URSS quanto no ex-Império Russo Czarista, que também criminalizava heresias religiosas. Além de presos políticos, havia presos condenados por vadiagem, furto, roubo, agressão, homicídio e estupro. A ex-URSS passou por guerras internas e externas, assim como o Império Russo, então, uma parte desses presidiários eram prisioneiros de guerra.

Este sistema funcionou de 25 de Abril de 1930 até 1960. Foram aprisionadas milhões de pessoas, muitas delas vítimas das perseguições de Stalin. Isto foi “a utopia socialista”?! Passou?

Não se sabe, no campo da esquerda, nem se é correto classificar o Capitalismo de Estado Chinês como um “Socialismo de Mercado”. Pouco se diz a respeito da revisão da ideia da coletivização da propriedade dos meios de produção. Como se colocar contra o acesso à propriedade privada de habitações e bens de consumo duráveis quando os próprios operários fazem sua produção em escala massiva?!

E a respeito dos Direitos Civis na China: *o que se discute na esquerda?* No século XXI, a China mostra-se uma das emergentes potências mundiais. No entanto, na China acredita-se que o direito é uma característica de uma sociedade imperfeita. Apesar da Constituição e outras leis terem sido elaboradas, estas são consideradas fontes secundárias das normas reguladoras da vida.

Na China, há a supremacia do interesse coletivo sobre o individual: *os deveres estão acima dos direitos*. Logo, é importante destacar que diversos direitos humanos são violados na China, devido a este paradoxo.

O debate da esquerda tem de comparar o nível de importância dado pelo governo do Partido Comunista Chinês ao crescimento econômico e a pouca importância dada ao constante desrespeito dos direitos humanos, apesar de estarem assegurados pela sua própria Constituição. Este desrespeito deve ser consentido, mesmo que indiretamente, pelos países que mantêm relações econômicas com a China e que se auto-intitulam democracias ocidentais?

4.2 Revolução Chinesa

O livro de Wong K. Shin, *A China Explicada Para Brasileiros*, analisa e explica aspectos da China contemporânea sob uma perspectiva brasileira. Enfoca temas como economia, negócios, meio-ambiente e cultura política, relacionados à nova superpotência mundial.

Por exemplo, para todo analista brasileiro, é importante saber que das siderúrgicas chinesas sai mais de um terço de todo o aço produzido no mundo. De importadora até 2003 (34 milhões de toneladas) e 2004 (13 milhões de toneladas), a China equilibrou importação e exportação em 2005, produziu superávit de 35 milhões de toneladas no ano seguinte, aumentando-o para 43 milhões de toneladas em 2007, quando produziu 36% da produção mundial de aço de 1,34 bilhão de toneladas. Entre 2002 e 2007, ela, isoladamente, adicionou algo equivalente a nove vezes a capacidade produtiva do Brasil.

Produzir muito aço é uma obsessão da China de longa data. Desde Mao, os chineses acreditavam que o aço é a base do crescimento econômico, já que permite construir infraestrutura, fábrica e bens industriais. Eles também aprenderam que a tecnologia é tão importante quanto a força de mão de obra para alavancar o desenvolvimento. O país atingiu a posição de maior produtor de aço do mundo e, por decorrência, maior fabricante de manufaturas feitas a partir do aço. Wong Shin recorda essa história.

A Companhia Vale do Rio Doce vende seu minério para dezenas de países do mundo, mas sua maior fonte de crescimento nos últimos anos e maior mercado individual é, sem dúvida, a China. Em 2007, a Vale produziu e vendeu cerca de 300 milhões de toneladas de minério de ferro e pelotas. Desse total, 100 milhões de toneladas foram embarcadas para as siderúrgicas chinesas, representando um terço das vendas totais. As vendas feitas na China foram superiores às feitas dentro do Brasil, que era seu segundo mercado, representando 15%.

A Ásia, principalmente por causa da China, tornou-se a maior parceira comercial do Brasil, depois da crise de 2008. Tinha participação de 18,9% entre os principais mercados de destino das exportações em 2008, alcançou 31,1% em 2014. A América Latina e Caribe caíram de 25,9% para 16,4%, a União Europeia de 23,4% para 20,4% e os Estados Unidos, de 14,0% para 9,6% em 2010, mas retornou para 15,4% em 2014. Em 2000, a China era o 12º. maior cliente do Brasil e passou a ser o maior no fim da primeira metade da segunda década do novo século XXI.

Das exportações brasileiras para a China, em 2007, os dois principais produtos, minério de ferro e soja em grão além de óleo de soja, na escala de bilhões de dólares, representaram 64% do total. Outros produtos relevantes foram petróleo e derivados, couros e peles e papel e celulose no valor de milhões de dólares.

Quando se trata de *minério de ferro*, é fácil vender para a China, inclusive com preços crescentes. Porém, quando se tenta vender *produtos industrializados*, as empresas brasileiras encontram sérias dificuldades para exportar manufaturados para a China. Isso porque os chineses começam comprando, mas depois aprendem a produzir e então passam a exportar o produto que antes era importado.

Os produtos brasileiros enfrentam os chineses não somente no território brasileiro, mas principalmente na arena internacional. Com sua agressividade comercial através de preços imbatíveis, a China ocupou mercados antes dominados por outros países, devido à sua rápida evolução industrial e tecnológica. Como exemplo, já abalados pela moeda nacional apreciada, os setores de confecções, têxteis e calçados do Brasil foram ainda mais afetados pela avassaladora concorrência chinesa, tanto no mercado interno quanto em terceiros mercados.

À medida que a economia brasileira se aquecia e o real se apreciava, cresceu também a percepção de que a China é o lugar para se buscar fornecedores baratos e de qualidade. Isso fez com que as companhias *tradings*, que se responsabilizam pela operação logística das importações, fossem procuradas pelas empresas brasileiras para intermediar os negócios com a China. Buscaram insumos ou produtos acabados a preços mais competitivos, seja na área de construção civil, seja na de produtos eletroeletrônicos, ou outras. As grandes *tradings* vêm atuando em grande escala na linha de produtos populares destinados às classes D e E, em que não há concorrência que possa bater os preços baixos das mercadorias chinesas.

Depois do minério de ferro, o produto brasileiro que gera mais receitas de exportação para a China é a *soja*. Curiosamente, a soja veio da China e agora viaja no sentido inverso. Há milhares de anos, os alimentos feitos a partir dela fazem parte da dieta básica dos chineses. Uma comida tradicional consumida na China é o “*tofu*”, preparado de várias formas, acompanhando sopas, em forma cozida ou frita, junto com carnes ou verduras. O molho de soja, conhecido nos restaurantes japoneses por *shoyu* (palavra em japonês derivada do chinês *jiang you*), é usado no preparo de quase todos os pratos de comida chinesa para dar o sabor salgado, em vez do sal usado no Ocidente.

Hoje, tanto na China quanto no Brasil, a soja é processada e consumida por pessoas e como ração animal, muito em função do seu rico teor de proteínas. A oleaginosa é rica em óleo, daí seu uso para fabricação de óleo de cozinha. As indústrias estão continuamente desenvolvendo novos produtos à base da soja, como a “carne vegetal”, na forma de bifês, salsichas ou hambúrgueres, e as bebidas de soja, com sabores de frutas. No Brasil, mas não na China, a soja é atualmente a principal matéria-prima para a fabricação do *biodiesel* para uso como combustível alternativo, com mistura obrigatória ao diesel.

Embora a soja tenha se originado da China, o Brasil hoje produz mais soja que seu país de origem. O Brasil é o segundo maior produtor mundial e a China, o quarto. A terra e o clima do Brasil favorecem seu cultivo. Ao contrário, a China possui um coeficiente pequeno de terras agricultáveis, situação agravada pelo intenso processo de urbanização, não conta com tanta abundância de água como no Brasil. O índice médio de chuva na China é de 600 milímetros por ano, contra 1.500 milímetros no Brasil. Tudo isso faz com que o Brasil tenha vantagem competitiva inigualável, podendo até superar os Estados Unidos, nos próximos anos, como o maior produtor mundial de soja. Com seus planos para fabricar grandes volumes de etanol a partir do milho, os norte-americanos estão deslocando grandes áreas de plantação de soja para substituí-las pelo milho.

A China é uma grande produtora de soja, mas não produz o suficiente para abastecer todo o seu consumo interno, que tem se elevado muito em função do aumento da renda da população. Ela se tornou o maior importador mundial, com 40% do comércio global de soja em grão. Cerca de um terço da soja em grão que a China importa vem do Brasil. A China também compra dos Estados Unidos, o maior produtor mundial e seu maior supridor, e ainda da Argentina. Essa “OPEP da soja” controla 80% da produção mundial.

A China exportou deflação para o mundo. O fenômeno chamado de “*preço China*” (*China price*) jogou para baixo os preços de muitos produtos industriais e de consumo. Os fabricantes que tentaram fixar seus preços acima do “*preço China*” tiveram dificuldade para vender seus produtos e foram obrigados a remarcar suas tabelas. As importações, impulsionadas pelo efeito conjugado da apreciação da moeda nacional e preços baixos, explicaram parte da estabilização recente da inflação no Brasil.

Não somente produtos de consumo ganharam com os preços baixos dos importados chineses. Empresas brasileiras aproveitaram os preços baixos (e câmbio apreciado) de máquinas e equipamentos chineses para reequipar e modernizar suas fábricas a custo 30% a 40% menores do que os da concorrência nacional ou internacional.

Em contrapartida, a voraz demanda chinesa por matérias-primas ajudou a puxar, para níveis recordes, os preços internacionais do petróleo, aço, metais, *commodities* agrícolas, entre outros bens negociáveis. Os preços que aumentaram foram justamente os das *commodities* que o Brasil mais exporta para a China (minério de ferro, soja e petróleo) e as receitas cambiais geradas ajudaram a derrubar a cotação do dólar. Isso, por sua vez, levou a mais importação de insumos e produtos finais baratos, criando *ciclo de*

inflação baixa. Isso durou até que a China diminuiu o ritmo de crescimento a partir de 2012 e a “*bolha de commodities*” explodiu. E os termos de troca caíram...

A *reforma da economia chinesa* começou em 1978, com a morte de Mao Tse-Tung, ocorrida dois anos antes. Trinta anos após a instituição do regime comunista em 1949, e com os poucos avanços econômicos obtidos desde então, os chineses iniciaram uma reforma econômica profunda e duradoura que viria posicionar a China como o país que mais cresce no mundo. Os chineses chamam de *jing ji gai se* (*reforma econômica*) o processo de mudanças econômicas e sociais ocorridas nas últimas duas décadas do século XX e que prossegue no século XXI. Os chineses consideram todas as mudanças que ocorreram e continuam a ocorrer como um processo único e contínuo, e não vários planos executados por diversos governos.

O Império Chinês, que foi um dos mais poderosos em séculos passados, antes da invasão estrangeira, especialmente a britânica no século XIX, renasceu com a exploração da globalização planejada pelo “socialismo de mercado”. As mudanças econômicas não foram acompanhadas por reformas políticas, tendo o Partido Comunista Chinês continuado a deter o poder político absoluto, mantendo a visão ideológica socialista para ser seguida pela sociedade chinesa. O aparente paradoxo de ter uma *economia aberta* convivendo com um *regime político fechado* é explicado pela *regulação* tanto do *mercado* quanto da *liberdade*.

Países estrangeiros forçaram a abertura comercial da China, usando a força militar nos séculos XVIII e XIX. Chegaram a declarar guerras, em 1840 e 1856, para drogar os chineses de ópio e obrigá-los a comprar e vender produtos. Mais do que isso, tomaram partes do território chinês. Com esses antecedentes históricos, o mercado chinês esteve aberto para o mundo até a tomada do poder pelos comunistas em 1949, quando a China voltou a se isolar do resto do mundo por várias décadas. Com as reformas econômicas dos anos 80, a China começou gradualmente a retomar os negócios com o exterior.

A *transformação da China em potência manufatureira* aproveitou sua *massa de trabalhadores para a produção em grande escala*. O ciclo baseado nas manufaturas abastecia a exportação, que gerava as divisas necessárias para pagar pela importação de tecnologia, equipamentos e matérias-primas. Como as receitas das exportações investidas em novos equipamentos e insumos, novos produtos são fabricados e exportados, alimentando o círculo virtuoso. O crescimento das fábricas e das produções permitiu retirar da pobreza milhões de chineses que viviam na área rural ou estavam subempregados nas cidades.

A grande escala de produção resulta em custos muito baixos. Além de *abundantes e baratos*, os operários chineses foram *disciplinados* pelos anos de Revolução Cultural maoísta, tornaram-se fáceis de ser treinados e com disposição de trabalhar longas jornadas sem ter muitos dias de folga. São apenas três feriados por ano que, com sistema de compensações, faz com que esses feriados estendam-se por uma semana. A remuneração é considerada miserável para os padrões ocidentais, mas com os benefícios concedidos como moradia, alimentação, cuidados médicos, etc., as vagas de trabalho são muito concorridas, havendo sempre extensas filas de candidatos.

Embora os chineses acreditem firmemente que vivem em regime de *min zhu*, traduzido como *democracia*, a percepção dos brasileiros é que a China está longe de ser uma democracia. De forma simplificadora, para os chineses, no *min zhu* o governo é do povo e age em nome dele, enquanto que os brasileiros geralmente associam democracia com eleições diretas e liberdade total de expressão, que não existem na China. Daí as dificuldades de entendimento provocadas por diferenças semânticas e culturais. A China ainda está longe de caminhar para processo de votação direta para a eleição de seus líderes, mas as decisões são tomadas depois de ouvir e considerar as opiniões de muitos representantes do povo no Congresso do PCCh, cuja preparação leva anos.

Por exemplo, a doutrina da “*Perspectiva Científica do Desenvolvimento*”, que a partir de 2007 passou a fazer parte da Constituição do Partido Comunista, sintetiza a ideia de que o desenvolvimento da China deve observar certos princípios e prioridades. Engloba as questões referentes à diminuição das desigualdades entre ricos e pobres, entre cidades e campo, entre regiões do país, etc., bem como as de proteção do meio ambiente e de uso mais eficiente da energia. Assim, os líderes chineses definiram um rumo claro para *a continuação sustentável do desenvolvimento do país*, porém compatibilizando-a com as necessidades de se criar *uma sociedade em harmonia, próspera, democrática (no conceito chinês), forte e culturalmente evoluída*.

4.3 Revolução na Índia

A Tese de Doutorado de Carlos Santana, defendida no IESP-UERJ, em 2012, foi intitulada *Trajetórias de reformas e mudanças institucionais na semiperiferia: abertura financeira e capacidades estatais no Brasil e Índia*. Ela pertence à linha de pesquisa “Variedades de Capitalismo” do IESP (ex-IUPERJ).

Quando li o Capítulo 3 – “Liberalização incremental e ambiguidades na capacidade estatal: trajetória indiana” –, veio à minha mente a questão: *será que existe também na Índia um Capitalismo de Estado sobrevivente ao processo de desestatização?*

Santana (2012, p. 92) afirma que “a literatura que analisa os impactos das reformas orientadas para o mercado sobre os ativos estatais da Índia, construídos durante o período industrialização por substituição de importações, demonstra que a *agenda de privatização* obedeceu às restrições institucionais e aos bloqueios de coalizões políticas e sociais que caracterizaram o modelo indiano como um padrão gradual de desinvestimento”.

Em aparente paradoxo, a literatura sobre Índia procura demonstrar que *a liberalização pode ampliar a capacidade regulatória e intervencionista do Estado*. A liberalização econômica e o consequente crescimento da propriedade privada de ações de empresas de origem estatal, diferente do que se poderia supor, tem capacitado o setor público a florescer sem paralelos na história do país.

O setor público permanece como ator dominante na economia indiana, particularmente em infraestrutura, mineração, siderurgia, finanças e óleo, com alterações apenas marginais na estrutura de propriedade. Portanto, deduzi da leitura de sua tese que *cabe sim falar de Capitalismo de Estado indiano!*

“A despeito da onda de liberalização que tomou conta do país, a venda do controle majoritário de grandes empresas estatais jamais ocorreu de forma extensiva, tendo predominado a redução da participação acionária do Estado de modo a garantir seja o controle administrativo seja o poder de voz sobre decisões corporativas relevantes. Assim como ocorreu no Brasil, a receita da venda de participações minoritárias foi usada sob justificativa de abater a dívida pública e não para renunciar o papel do Estado na economia”.

Então me ocorreu fazer outra pergunta: *cabe classificar o Capitalismo de Estado na Índia como Neocorporativo?* Santana (2012: 93) mostra que, “no contexto dessa literatura, há uma vertente que defende que o padrão de privatizações na Índia decorre do enorme poder de alavancagem adquirido pela esquerda dentro do sistema político”.

Esse poder da esquerda provém da:

1. fragmentação do sistema partidário
2. crescente transferência de poder para a esfera subnacionais.

Nesse caso, indaguei: a esquerda e seu braço sindical estariam atuando na defesa de seus recursos organizacionais, tal como o PT e a CUT no Brasil? Ou será que Capitalismo de Estado Neocorporativista na Índia, à semelhança do que também ocorre no Brasil, envolve aliança com Associações Patronais?

Santana (2012, p. 101-102) afirma que, “na ausência de qualquer apoio dentro da burocracia conservadora e diante da resistência do próprio partido para sua agenda de reformas orientadas para o mercado, Rajiv Gandhi buscou uma organização que estivesse fora das redes corporativas Estado-Empresário preexistentes. Para isso, ele permitiu que Associação Indiana da Indústria de Engenharia (AIEI) se beneficiasse de uma estrutura de oportunidade política do Estado indiano, estimulando a AIEI a se tornar uma associação de pico (posteriormente denominada de CII). Por outro lado, os atores estatais também usavam os fóruns das associações empresariais para publicizar e legitimar sua agenda de reformas”.

Daí, talvez de modo inédito na academia brasileira, Carlos Santana sugere ao leitor deduzir que a chamada “Privataria Tucana” teve limites impostos pela forte Oposição Petista, tanto no Congresso, quanto via seu braço sindical, a CUT.

Isto pode ser deduzido da leitura da seguinte passagem (Santana; 2012, p. 99): “Dessa forma, a liberalização num contexto democrático com forças políticas e sociais fragmentadas embutia um paradoxo, pois a coalizão encarregada das reformas [neoliberais] tinha que convencer os distintos grupos com poder de veto a aceitarem consensualmente terem seus recursos de poder reduzidos. Essa dimensão pode oferecer indícios relevantes para entender porque as reformas orientadas para o mercado na Índia foram não apenas incrementais como também seletivas, à semelhança do Brasil”.

É curioso notar que os países que adotaram a chamada “terapia de choque [neoliberal]”, muito em voga entre os países da América Latina, Leste Europeu e Rússia, nos anos 1980-90, preconizavam a adoção de um pacote fechado de reformas e só puderam assim fazer porque não dispunham de instituições democráticas que pudessem contrabalancear tais políticas. Para os economistas defensores do chamado *Big Bang* as reformas só funcionariam economicamente se as políticas adotadas para tal fossem implementadas simultaneamente – mecânica que pareceu encontrar terreno fértil entre regimes autoritários”.

Por exemplo, esse foi o caso do Chile do Pinochet, terreno fértil para adotar a consultoria de Milton Friedman e seus Chicago Boys. O “modelo chileno”, inclusive com o extermínio da Previdência Social com *regime de repartição inter-geracional* e a adoção de Previdência Privada em *regime de contribuição definida*, foi exaltado durante anos por instituições financeiras multilaterais tais como os economistas do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial.

Não será tudo isso fruto da *neocolonização cultural-financeira*? Economistas de todo o mundo foram enviados para fazer pós-graduação no “Centro do Império” (Estados Unidos), onde sofreram uma “lavagem cerebral” que os teria deixado sem nenhum vestígio de nacionalismo em suas mentes.

Diz Santana: “Se optarmos por observar os aspectos internos do funcionamento das instituições do Estado indiano para entender como foi possível que núcleos relevantes de decisão fossem *colonizados por um novo programa de reformas* [voltadas para o mercado livre] será preciso analisar o comportamento das comunidades epistêmicas encarregadas de sua implementação e como suas alianças tornaram possível o alinhamento de ideias e interesses”.

Ele acrescenta, claramente (Santana; 2012, p. 106): “em Instituições de Bretton Woods (IBW), o esforço passou a ser o de cultivar relações de confiança com os burocratas do país cliente, garantindo um núcleo disposto a convencer as elites domésticas da necessidade de reforma da *policy*”. Interessante que ele destaca que “uma internalização cognitiva da agenda de reformas por parte de elites burocráticas que não necessitam de vigilância punitiva associada ao ajuste estrutural”. Em outras palavras, a “servidão voluntária” dos economistas e elites neocolonizados atenuam o “vigiar e punir”, ou melhor, a política de “cenoura ou porrete” das IBW.

Entretanto, a realidade é mais complexa, tanto no Brasil, quanto na Índia. Ao ponto que até mesmo a ideologia neoliberal é submetida à imposição do *pragmatismo político*.

Santana (2012, p. 111) se indaga: “Considerando o papel notável que os *lateral entrants* [economistas neocolonizados] adquiriram nas esferas de formulação de política econômica na Índia como explicar que o país não tivesse seguido o modelo de terapia de choque (*Big Bang*) defendido pelas instituições multilaterais de Bretton Woods, nas quais esses economistas constituíram sua experiência crítica fundamental de contestação ao modelo autárquico vigente?”.

Este é o importante ponto de inflexão dessa tese: parte do *sucesso das reformas* deve ser atribuído ao fato de que *elas foram formuladas a partir de dentro*. Porém, “a estrutura institucional da Índia, com forte burocracia e sistema parlamentar, obrigou o tecnocrata que retornou a Índia a *adaptar-se politicamente*, adquirindo experiência no trabalho de assessoria econômica antes que galgar posições de tomada de decisão. Afinal, considerando um menor grau de insulamento decisório, os tecnocratas foram obrigados a *adquirir um senso de nuance político* para tornar a agenda de reformas palatável entre o conjunto de atores políticos e sociais com poder de veto”.

Mas há *diferenças entre os processos de desestatização ocorridos na Índia e no Brasil*. Santana (2012, p. 112) mostra: “diferente do que ocorreu no Brasil durante o período de reformas orientadas para o mercado, quando a capacidade tributária do Estado nacional cresceu em paralelo com seus instrumentos de coordenação de políticas nacionais, na Índia o lugar do poder foi alterado para o nível dos governos estaduais ao mesmo tempo em que a capacidade de implementação de políticas nacionais coordenadas por parte do governo ainda é seriamente questionada”.

Aqui, a privatização *a la brasileira*, na Era Neoliberal, convidou e/ou obrigou os principais fundos de pensão (Previ, Funcef, Petros e Valia), patrocinados pelas maiores empresas estatais – respectivamente, Banco do Brasil, Caixa, Petrobras e Vale –, a participarem intensamente desse processo de “desestatização” (sic). Resultado: quando o Partido dos Trabalhadores alcançou o poder da Presidência da República, na eleição de 2002, suas lideranças sindicais e aliados já comandavam esses fundos. Foi o início de um *papel proativo* nos grandes projetos estratégicos nacionais com planejamento indicativo do Estado brasileiro, onde se associam capitais de origem privada nacional e estrangeiro, estatal e trabalhista. Devido às participações dessas grandes corporações (“classes produtoras”), denomino essa fase de *Capitalismo de Estado Neocorporativista*. Pactuam os projetos e evitam vetos no Congresso.

5 Finalmente, “*Liberté, Igualité et Paternité*”

Reivindicações marxistas, historicamente, foram:

1. abolição da propriedade privada;
2. extinção da herança;
3. centralização do crédito;
4. propriedade estatal de todos os meios de produção.

Reivindicações socialdemocratas eram contrapostas:

1. governo constitucional;
2. liberdade de expressão, de imprensa e de associação;
3. representação político-partidária mais ampla por meio da reforma eleitoral;
4. autodeterminação nacional ou autogoverno.

A luta dos trabalhadores ocidentais mais vitoriosa parece ter sido a referente ao *direito de acesso à sociedade de consumo e à democracia da casa própria*. No mundo ocidental, avançou mais a conciliação paradoxal entre *consumo padronizado e individualismo libertário*.

As melhores oportunidades de educação para os soldados norte-americanos que voltavam da II Guerra Mundial, associadas com uma onda de construção de casas nos subúrbios, se traduziram em uma significativa melhoria na qualidade de vida nos Estados Unidos. Os pais dos *baby boomers* foram a primeira geração a ter acesso significativo ao crédito ao consumidor. Eles compraram casa, carro e seus eletrodomésticos, tudo a prazo. Construíram a sociedade afluyente norte-americana.

Por sua vez, *a revolução comunista tornou-se também consumista!* A sociedade ocidental de consumo em massa forneceu ao Leste Asiático (e não à ex-URSS) não só um modelo a ser seguido, como também um mercado mundial para seus bens de consumo baratos. O inesperado foi *o Socialismo Realmente Existente, isto é, o Socialismo de Mercado, ter propiciado a revolução mundial na Sociedade de Consumo!*

A inclusão em massa nesse mercado global é uma conquista social. Não deve ser menosprezada...

O Paradoxo Fundamental da Política, segundo Steven Pinker, autor do livro *Os Anjos Bons da Nossa Natureza*, é que “o amor que pais dedicam a seus filhos torna impossível que uma sociedade seja, ao mesmo tempo, *justa, livre e igualitária*”.

Se é justa, as pessoas que tiverem maior competência, se esforçarem mais, e até mesmo contarem com eventos aleatórios favoráveis, acumularão mais dinheiro e propriedades.

Se é livre, elas os transmitirão a seus filhos. Não há amor mais incessante quanto o amor dos pais para com seus filhos e o amor dos filhos para com seus pais.

Mas, neste caso, *a sociedade deixa de ser igualitária e justa*, pois alguns herdarão riquezas pelas quais jamais trabalharam!

Dessa Trindade Impossível surge, então, o dilema entre Liberdade, Igualdade e Paternidade. Diferentemente do lema da Revolução Francesa – *Liberté, Igualité, Fraternité* – a *paternidade* acaba predominando sobre a *fraternidade* com concidadãos na transmissão da riqueza. Em vez de distribuí-la, após a morte, *a quem menos têm*, a opção preferencial é doá-la *a quem mais ama*, interpretando que é este quem mais necessita de sua proteção, mesmo *post mortem*, isto é, da herança dos antecedentes responsáveis por ter o colocado no mundo.

Os europeus tendem a ser mais igualitários, enfatizando a *igualdade de resultados* ao acreditar que, em uma sociedade justa, não deve haver grandes diferenças de renda e/ou riqueza. No entanto, em uma sociedade livre e paternalista há a transmissão de herança, logo, a desigualdade de riqueza.

Culturalmente, americanos e chineses colocam mais ênfase na justiça social sob forma de *igualdade de oportunidades*. Desde que as pessoas tenham igualdade de condições básicas para subir na

escala social, eles acreditam que uma sociedade com grande diferença de renda ou riqueza ainda pode ser justa. Ambos defendem a meritocracia.

Compilado numa coleção central de aforismos de Confúcio (551 a.C. - 479 a.C.) e posteriores livros de comentários eruditos, o *cânon confucionista* evoluiu para algo próximo de uma “bíblia chinesa” e Constituição combinadas em uma coisa só. O domínio desses textos passou a ser a principal qualificação para o serviço público na burocracia imperial chinesa — um sacerdócio de funcionários-eruditos literários selecionados por meio de concorridos exames feitos em todo o país e encarregados de manter a harmonia nos vastos domínios do imperador.

A resposta de Confúcio ao caos de sua Era foi “o caminho da sociedade justa e harmoniosa”. O *aprendizado* junto com a *seleção por mérito* é a chave para se avançar em uma sociedade confucionista. Sem o amor pelo aprendizado:

- amor pela bondade vira tolice;
- amor pelo conhecimento, especulação frouxa;
- amor pela honestidade, candura perniciosa;
- amor pela franqueza, juízo equivocado;
- amor pela ousadia, insubordinação;
- amor pela força de caráter, intratabilidade.

Esse DNA chinês se reafirmou após a derrocada da “revolução cultural contínua” de Mao Tsé-Tung. Confrontando os novos desafios do século XXI, e em um mundo onde o leninismo entrara em colapso, a *China voltou-se à sabedoria tradicional confucionista com o objetivo de construir uma sociedade harmônica “moderadamente próspera”*. Será que lá, no socialismo de mercado chinês, impede-se a liberdade de doação aos “pequenos imperadores”, isto é, os legados da Lei do Filho Único?

Americanos acreditam que a medida mais importante, em uma meritocracia, é *a mobilidade relativa entre as gerações*. Mesmo em uma sociedade capitalista liberal com igualdade de oportunidades, a posição dos pais na escala da renda deveria ter pouco impacto sobre a de seus filhos. Nesse país, cujo governo estava mais interessado em igualdade de oportunidade do que igualdade de renda, a mudança mais transformadora foi *a implantação da educação em massa*. Essa política era apontada como a principal causa do estreitamento da desigualdade, em meados do século 20, ao impulsionar a mobilidade social. Isto até que, em obra recente, Thomas Piketty destaca a inédita *destruição de riqueza* ocorrida entre 1914 e 1945, período entre guerras mundiais e com a maior depressão econômica da história do capitalismo, após 1929, além da hiperinflação na Alemanha derrotada.

Para garantir resultados igualitários, muitos países europeus governados por partidos socialdemocratas de origem sindicalista construíram *Estados de Bem-Estar Social*. Concederam generosos benefícios para desempregados, subsídios para crianças, complementação do rendimento, grandes transferências governamentais de renda básica com contrapartida em frequência escolar, ou seja, implantaram educação pública gratuita de boa qualidade em massa. Esses *benefícios sociais*, mais do que

o sistema de impostos progressivos, se tornaram nesses países os instrumentos mais importantes para reduzir a desigualdade de renda. No entanto, não afetaram tanto a *desigualdade de riqueza*.

No Brasil, esse esforço de mobilidade social, inclusive com política afirmativa e compensatória de cotas na tentativa de alcançar maior igualdade de oportunidades, tem alcançado bons resultados em escala massiva. Mas, analisando o futuro esperado de acordo com as tendências demográficas, o IBGE aponta que a *população jovem* diminuirá, em termos absolutos, de 51 milhões, em 2000, para 28 milhões de pessoas, em 2050, e a *população idosa* de 60 anos ou mais aumentará, respectivamente, de 14 para 64 milhões. Aumentará a *longevidade* (“esperança de vida”) e, gradualmente, se fechará a janela de oportunidade propiciada pelo atual “bônus demográfico”.

Por isso, o *regime de repartição* adotado pela Previdência Social, em que a geração de trabalhadores ativos sustenta a de inativos, será estruturalmente deficitário com o crescimento da população não economicamente ativa (estudantes e aposentados) em relação à população ativa. O teto do salário benefício dos previdenciários do INPS, em 2014, passou para R\$ 4.390,24. Equivale a 6 salários mínimos. Em 2013, de cerca de 17 milhões de aposentados, só 220 mil recebiam a maior faixa do benefício, entre R\$ 3.000 e R\$ 4.159 mensais. Hoje, 7,4% dos trabalhadores (PEA) ganham mais do que 5 salários mínimos. Então, necessariamente, essas 7,5 milhões de pessoas têm de se tornar “investidores e/ou rentistas” de Previdência Complementar, em *regime de capitalização*, para manter o mesmo padrão de vida na fase inativa.

Dado o ciclo de vida financeira – *fase de acumulação-fase de gasto em saúde-fase de testamento* –, e dado o amor paternal, provavelmente, *as riquezas pessoais acumuladas serão doadas para os herdeiros*. Haverá mais casais que terão um único filho. Como marido e esposa trabalharão, a renda familiar será maior e o gasto menor. Acumularão mais. Conclui-se que *a tendência histórica é de se elevar a concentração da riqueza também no Brasil*.

Bibliografia

CHANG, Ha-Joon. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Editora Universidade Estadual de São Paulo, 2004.

DIAMOND, Jared. *Armas, germes e aços: os destinos das sociedades humanas*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001. (Original de 1997).

DIAMOND, Jared. *Colapso: como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso*. Rio de Janeiro: Record, 2005. 680p.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. v. I: Uma história dos costumes; v. 2: Formação do Estado e costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

FERGUSON, Niall. *Civilização: Ocidente X Oriente*. São Paulo: Planeta, 2012.

- KEYNNEDY, Paul. *Ascensão e queda das grandes potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989.
- KITCHEN, Martin. *História da Alemanha Moderna: de 1800 aos dias de hoje*. São Paulo: Cultrix, 2013. 592p.
- LE GOFF, Jacques. *A Idade Média e o dinheiro*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2014. 256p.
- MORAES, Reginaldo; PAULA E SILVA, Maitá. *O peso do Estado na Pátria do mercado: os Estados Unidos como país em desenvolvimento*. São Paulo: Editora Unesp, 2013. 83p.
- PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- PINKER, Steven. *Os anjos bons da natureza: por que a violência diminuiu*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *História da cidadania*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2013. 573p.
- PRIESTLAND, David. *Uma nova história do poder: comerciante, guerreiro, sábio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- SANTANA, Carlos. *Trajetórias de reformas e mudanças institucionais na semiperiferia: abertura financeira e capacidades estatais no Brasil e Índia*. Tese (Doutoramento)– IESP-UERJ, Rio de Janeiro, 2012.
- TREBAT, Nicholas Miller. *O Departamento de Guerra e o desenvolvimento econômico americano: 1776-1860*. Tese (Doutoramento)–IE-UERJ, Rio de Janeiro, s.d.
- YERGIN, Daniel. *O petróleo: uma história mundial de conquistas, poder e dinheiro*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2010. 1080p.
- SHIN, Wong K. *A China explicada para brasileiros*. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2008.

Anexo Estatístico

Tabela AE.1
Comparação entre Indicadores Geoeconômicos e Social-demográficos do G15

Dados	Ano 2013/14	Estados Unidos	União Europeia	China	Índia	Japão	Alemanha	Rússia	Brasil
Território	Milhões Km2	9,83	4,32	9,60	3,29	0,38	0,36	17,10	8,52
Reserva Petro	Bilhões BBL	20,7	5,6	17,3	5,4	0,0	0,2	80,0	13,1
Produção Petro	MM BBL/dia	11,1	1,6	4,2	1,0	0,1	0,2	10,4	2,6
População	Milhões	318,9	511,4	1335,7	1236,3	127,1	81,0	142,5	202,6
PIB PPC	US\$ trilhões	16,7	15,9	13,4	5,0	4,7	3,2	2,6	2,4
PIB PC PPC	US\$	52800	34500	9800	4000	37100	39500	18100	12100
Distrib. Renda	Índice de Gini	45,0	30,6	47,3	36,8	37,6	27,0	42,0	51,9
Inflação IPC	%	1,5	1,5	2,6	9,6	0,2	1,6	6,8	6,2
Cresc. PIB	%	1,6	1,6	7,7	3,2	2,0	0,5	1,3	2,3
Desemprego	%	7,3	10,5	4,1	8,8	4,1	5,3	5,8	5,7
Demanda PIB									
Consumo	%	68,6	56,9	36,3	56,4	61,0	57,6	51,3	62,5
Gasto Gov	%	18,6	21,6	13,7	12,4	20,7	19,4	18,8	21,7
Investimento	%	15,3	17,9	46,0	29,6	21,6	17,5	22,0	18,3
Estoque	%	0,4	0,1	1,2	8,2	(-)0,6	0,1	1,4	0,0
Exportação	%	13,4	44,9	25,1	25,2	15,8	49,5	29,6	12,4
Importação	%	(-)16,3	(-)42,9	(-)22,2	(-)31,8	(-)18,4	(-)44,1	(-)23	(-)14,9
Reserva Externa	US\$ bilhões	150,2	863,8	3821,0	295,0	1268,0	248,9	515,6	378,3

Dados	Ano 2013/14	Inglaterra	França	México	Itália	Coreia do Sul	Canadá	Espanha
Território	Milhões Km2	0,24	0,64	1,96	0,30	1,00	9,99	0,51
Reserva Petro	Bilhões BBL	3,1	0,1	10,3	0,5	0,0	173,1	0,2
Produção Petro	MM BBL/dia	0,8	0,7	2,9	0,1	0,0	3,8	0,0
População	Milhões	63,7	66,2	120,3	61,7	49,0	34,8	47,7
PIB PPC	US\$ trilhões	2,4	2,7	1,8	1,8	1,7	1,5	1,4
PIB PC PPC	US\$	37300	35700	15600	29600	33200	43100	30100
Distrib. Renda	Índice de Gini	32,3	30,6	48,3	31,9	31,1	32,1	32,0
Inflação IPC	%	2,0	0,9	4,0	1,2	1,1	1,0	1,8
Cresc. PIB	%	1,8	0,3	1,2	(-)1,8	2,8	1,6	(-)1,3
Desemprego	%	7,2	10,2	4,9	12,4	3,2	7,1	26,3
Demanda PIB								
Consumo	%	66,5	57,6	69,1	60,0	53,1	55,6	59,0
Gasto Gov	%	21,4	25,1	11,8	20,6	15,9	21,6	19,9
Investimento	%	13,8	18,7	22,7	17,6	27,0	24,6	18,4
Estoque	%	0,4	0,1	(-)1	(-)0,3	0,3	0,2	0,4
Exportação	%	13,4	27,3	31,2	30,1	54,6	30,1	32,8
Importação	%	(-)16,3	(-)28,8	(-)33,8	(-)27,9	(-)50,8	(-)32,3	(-)30,4
Reserva Externa	US\$ bilhões	87,5	198,7	167,1	181,7	341,8	68,5	48,8

Fonte: CIA- The World Factbook - June 2014

Em campanhas eleitorais, a **retórica opositorista** abusa da comparação entre indicadores econômicos conjunturais do País com seus vizinhos latino-americanos. Serve para “denúncia” da taxa de crescimento do PIB, da inflação e do déficit externo. Não serve para explicar, por exemplo, *porque a taxa de desemprego está baixa no Brasil*.

O **discurso situacionista** reage, de imediato, reclamando de que *a comparação deveria ser realizada frente, pelo menos, aos países que se situam nas quinze primeiras posições no ranking do PIB por PPC* (Paridade do Poder de Compra). Nessa listagem, incluindo a União Europeia (tratado já como

constituísse os “Estados Unidos da Europa”), o Brasil encontra-se em oitavo lugar, ou seja, um posto intermediário no G15.

Qual é o problema dessas comparações? Elas fazem um corte temporal no ano dos últimos dados disponíveis, focalizando *diferenças interespaciais* no planeta e, portanto, abstraindo *diferenças intertemporais*. Em outras palavras, não analisa os diferentes *dinamismos* – variações ao longo do tempo – das economias e perde de vista o mais relevante: *a evolução histórica*. Sem o conhecimento dado por *séries temporais*, não se avalia se cada país está tirando o atraso histórico em relação ao(s) país(es) de capitalismo mais avançado ou maduro.

Talvez por razões de espaço – ou mesmo por falta de iniciativa inovadora no *design* ou *layout* – os diversos sites que apresentam Indicadores Conjunturais fornecem, no máximo, taxas de crescimento mensal, mês contra mês anterior, no ano, nos últimos 12 meses. *Pesquisar longas séries históricas exige maior esforço por parte do analista.*

Entretanto, mesmo quando comparamos, em um corte temporal, a amostra adequada dos “países mais ricos”, em termos absolutos, abstraindo a melhor (e mais fácil) relatividade dos “pequenos países”, podemos obter intuições interessantes a partir da análise dos agrupamentos dos *Indicadores Geoeconômicos e Demográficos do G15*. Resgatemos, então, a esquecida *Abordagem Estruturalista* das maiores economias.

Começemos pela análise das dimensões dos **territórios**. A Rússia abrange 17,1 milhões (MM) de km², incluindo a gelada Sibéria. Os outros quatro grandes países – Canadá (9,99 MM km²), EUA (9,83 MM km²), China (9,6 MM km²) e Brasil (8,5 MM km²) – dão a perceber que um grande território, dependendo da localização geográfica, aumenta a possibilidade de possuir maior reserva de petróleo: Canadá (173,1 bilhões BBL), Rússia (80,0), EUA (20,7), China (17,3) e Brasil (13,1 hoje e 145 bilhões de barris após a plena extração do pré-sal, ou seja, 8,5 vezes mais). Esses países têm uma produção expressiva de petróleo, o problema é que o consumo de cada qual é muito grande devido ao tamanho de sua população.

Os 2,5 bilhões de chineses (1,336 bi) e indianos (1,236) representam mais de 1/3 dos 7 bilhões de habitantes do Planeta Terra. A **população** da União Europeia (UE) soma mais de 1/2 bilhão (511 milhões). Nos Estados Unidos habitam quase 320 milhões, que somados aos 120 milhões mexicanos e 35 milhões canadenses, potencializam um mercado interno no NAFTA que se aproxima do número de consumidores europeus. Somando essas populações, são 1/2 do total mundial.

Evidentemente, a **renda per capita (PPC)** dos mexicanos (US\$ 15.600) é menos do que 1/3 da dos americanos (US\$ 52.800) e dos canadenses (US\$ 43.100). A da UE é US\$ 34.500. Todas elas superam, largamente, as do BRIC: Brasil (US\$ 12.100), Rússia (US\$ 18.100), Índia (US\$ 4.000) e China (US\$ 9.800). Entretanto, estes quatro países estão no G7 por PIB PPC, desconsiderando a UE.

Quando se considera “a vizinhança”, isto é, o bloco regional em que cada qual está inserido, verifica-se como *a geoeconomia (e a história) são determinantes do desempenho das economias de*

mercado. Somando os percentuais de exportação/PIB e importação/PIB, obtém-se o **fluxo comercial ou grau de abertura externa** de cada qual. Brasil (27,3%), Estados Unidos (29,7%), Inglaterra (29,7%) e Japão (34,2%) são *países relativamente “fechados”*, ou melhor, são mais *autossuficientes* com seus grandes mercados internos!

Entretanto, por definição, o fluxo comercial da UE com seu imenso mercado interno expandido atinge 87,8% do PIB, obtendo superávit no “comércio exterior”. Boa parte dele é constituído por *comércio intrafirmas* ou, usando o termo da moda, “*cadeias globais de valor*”. De qualquer modo, exceto os países citados (“fechados”), todos os outros do G15 são mais abertos.

Os outros do BRIC – Rússia (52,6%), Índia (57%) e China (47,3%) – ainda estão em situação mais próxima da dos outros europeus – França (56,1%), Itália (58%), Espanha (63,2%), exceto Alemanha (93,6%) – e norte-americanos – México (65%) e Canadá (62,4%).

A Coreia do Sul (105,4%) é um *caso típico das plataformas de exportação do Sudeste Asiático*. Deve ser observado que sua população (49 milhões) só supera a canadense (34,8 milhões) entre as desses países do G15. A dedução é que aqueles quatro países constituem “**ilhas geoeconômicas**” ao não fazerem tanto *comércio transfronteiras terrestres* como os demais.

Destacadamente, apenas no PIB da China há baixa participação relativa do **Consumo das Famílias** (36,3%) entre os componentes da demanda final dos bens e serviços. Todos os demais do G15 ficam entre 50% e 59% (Rússia, Coreia do Sul, Canadá, Índia, UE, Alemanha, França, Espanha) ou entre 60% e 69% (Itália, Japão, Brasil, Inglaterra, Estados Unidos) em ordem crescente. Em outras palavras, *o peso do consumo no PIB brasileiro fica abaixo apenas dessa relação na ex e na atual potência econômica mundial*.

Em **Taxa de Investimento**, a brasileira (18,3% do PIB) supera a da Inglaterra (13,8%) Estados Unidos (15,3%), Alemanha (17,5%), Itália (17,6%) e UE (17,9%). Fica próxima da Espanha (18,4%) e França (18,7%). *Quem afirma que “o mundo ocidental já superou a crise em 2009” não dimensiona o que está falando*.

De fato, os vizinhos norte-americanos (México com 22,7% e Canadá com 24,6%) estão “tão perto dos Estados Unidos quanto perto do paraíso consumista”. Por sua vez, nem a da Coreia do Sul com 27%, nem a da Índia com 29,6%, nenhuma economia atinge a Taxa de Investimento da China: 46%! Ou será *Chimérica?*

Ao “terceirizar a fabricação” para a China – em 2000, os Estados Unidos respondiam por 26,6% e a China por 6,6% do total do valor adicionado gerado pela indústria mundial; em 2009, os números modificaram-se para 18,9% e 15,6%, respectivamente, ou seja, os dois países em conjunto mantiveram quase a mesma participação: de 33,2% para 34,5%. Estes números revelam a extensão com que se deu a *transferência de atividade industrial dos Estados Unidos para a China*. As corporações norte-americanas se aproveitaram do baixo custo da mão de obra e da imensa economia de escala da produção chinesa.

Ao vender trilhões de títulos financeiros dolarizados ao Banco da China, para manter a paridade do dólar com o yuan, os Estados Unidos conseguiram usufruir de taxa de juros significativamente mais baixa. *O resto do mundo financiava e os norte-americanos consumiam.*

Outra diferença do Brasil em relação aos demais países que constituem o BRIC refere-se ao **Gasto Governamental**: 21,7% do PIB contra 18,8% na Rússia, 13,7% na China e 12,4% na Índia. E também em relação ao México (11,8%) e à Coreia do Sul (15,9%). *Todos esses grandes países emergentes tentam “tirar o atraso histórico”, mas não se apoiam no gasto público.* Esse componente da demanda final brasileira está bastante próximo da UE (21,6%), Espanha (19,9%), Itália (20,6%), Japão (20,7%), Inglaterra (21,4%), Canadá (21,6%) e França (25,1%). Será que isso não indica que o Brasil adota políticas públicas que seguem *o modelo do Estado de Bem-Estar Social*, adotado nesses países?

O *avanço nas conquistas sociais da cidadania* está aqui mais importante do que o *avanço macroeconômico*. O País já ultrapassou a *fase de industrialização nascente*. Está mais maduro.

Quando se compara os **graus de urbanização** dos países do G15 (quinze maiores economias inclusive União Europeia), em 2011 (último ano disponível para todos os países), o que “salta aos olhos” é ainda *a grande predominância da população rural na Índia*: 68,6%. No Brasil, este percentual foi registrado pela última vez no Censo de 1940. O Censo de 1970 registrou essa ultrapassagem no Brasil: 55,9% contra 44,7% em 1960. A população urbana ultrapassou a população rural na China, alcançando 50,5% em 2010. Por sua dimensão, foi um fenômeno mundial.

Hoje, com 84,6% de sua **população habitante de cidades**, o País tem 55% dela morando em 283 municípios com mais de 100.000 habitantes. Entre os 5.565 municípios existentes, em 1º. de agosto de 2010, 5.282 tinham no máximo 100.000 habitantes, sendo que 2.515 até 10.000 e 2.443 de 10.001 até 50.000.

China e Índia possuem 2,5 bilhões habitantes, representando mais de 1/3 dos 7 bilhões de habitantes do Planeta Terra. Não só seus menores graus de urbanização se diferenciam dos demais países do G15, como também verifica-se *uma correlação particular entre sua estrutura produtiva e a ocupacional*.

A China possui 10% de sua renda gerada na **Agricultura**, setor produtivo que ocupa 33,6% de sua população. Esses percentuais na Índia são, respectivamente, 17,4% e 49%!

Os países que possuem essas participações um pouco maiores do que os demais são justamente *os outros grandes países emergentes*: Brasil (5,5% de valor agregado e 15,7% de ocupação rural), Rússia (4,2% e 9,7%, respectivamente), México (3,6% e 13,4%). Pode-se deduzir daí o baixo grau de produtividade da população rural, porém não se deve generalizar para todo o campo de atividades. Por exemplo, a agricultura de exportação brasileira tem alta produtividade em contraste com a baixa produtividade da agricultura familiar produtora de alimentos para o mercado interno.

Os países de “capitalismo avançado” têm, relativamente, baixíssimo valor agregado e pouca gente ocupada na Agricultura: EUA, 1,1% e 0,7%, respectivamente; UE, 1,8% e 5,2%; Japão, 1,1% e 3,9%; Alemanha, 0,8% e 1,6%; Inglaterra, 0,7% e 1,4%; França, 1,9% e 2,9%; Itália, 2% e 3,9%; Coreia do Sul, 2,6% e 6,9%; Canadá, 1,7% e 2%, Espanha, 3,1% e 4,2%.

Desconsiderando os casos da Índia e da China, os graus de urbanização dos demais emergentes são elevados: Brasil, 84,6%; México, 78,1%; Rússia, 73,8%. Eles se dividem em dois agrupamentos nítidos: entre os 68,4% da Itália e os 79,6% da Inglaterra estão a Alemanha (73,9%) e a Espanha (77,4%). Todos os outros do G15 estão na faixa superior aos 80,7% do Canadá: Estados Unidos, 82,4%; Coreia do Sul, 83,2%; França, 85,8%; e Japão, o país mais urbanizado, com 91,3%.

Portanto, a população brasileira se situa entre as três mais urbanas das maiores economias. Interessante é correlacionar esse ranking de graus de urbanização com os serviços predominantemente urbanos, tanto em termos de valor agregado pelo chamado “Setor Terciário”, quanto pelo percentual da população ocupada com a produção direta de serviços junto aos consumidores.

Ordem Crescente	2011 Grau de Urbanização		Valor Agregado em Serviços		Ocupação em Serviços		Valor Agregado em Indústria		Ocupação em Indústria	
	Países	%	Países	%	Países	%	Países	%	Países	%
1	Índia	31,3	China	46,1	Índia	31,0	Estados Unidos	19,5	Brasil	13,3
2	China	50,6	Índia	56,9	China	36,1	França	18,7	Inglaterra	18,2
3	Itália	68,4	Coreia do Sul	58,2	Rússia	62,5	Inglaterra	20,5	França	18,7
4	Rússia	73,8	Rússia	58,3	México	61,9	Itália	24,4	Estados Unidos	19,5
5	Alemanha	73,9	México	59,8	Itália	67,8	UE	25,2	Índia	20,0
6	Espanha	77,4	Brasil	68,1	Coreia do Sul	69,4	Japão	25,6	UE	22,5
7	México	78,1	Alemanha	69,0	Japão	69,8	Índia	25,8	Coreia do Sul	23,6
8	Inglaterra	79,6	Canadá	69,9	Brasil	71,0	Espanha	26,0	México	24,1
9	Canadá	80,7	Espanha	70,8	Espanha	71,7	Brasil	26,4	Itália	24,4
10	Estados Unidos	82,4	UE	72,8	UE	72,2	Canadá	28,4	Espanha	24,0
11	Coreia do Sul	83,2	Japão	73,2	Alemanha	73,8	Alemanha	30,1	Japão	26,2
12	Brasil	84,6	Itália	73,5	Canadá	76,0	México	36,6	Rússia	27,8
13	França	85,8	Inglaterra	78,9	França	76,4	Rússia	37,5	Itália	28,3
14	Japão	91,3	Estados Unidos	79,4	Estados Unidos	79,0	Coreia do Sul	39,2	Canadá	28,4
15	UE	0	França	79,4	Inglaterra	80,4	China	43,9	China	30,3

Fonte: CIA- The World Factbook - June 2014

Analisando o Quadro acima com os diversos rankings das quinze maiores economias, percebe-se uma maior correlação entre os graus de urbanização de cada qual e as participações tanto no valor agregado quanto nas ocupações de **Serviços**. Os “sete países mais industriais”, em termos de geração de renda – China, Coreia do Sul, Rússia, México, Alemanha, Canadá, Brasil –, constituem praticamente o mesmo conjunto dos que menos dependem de agregação de valor em Serviços, exceto a Índia ainda muito rural.

Entretanto, é surpreendente – e chocante – a baixa participação da Indústria brasileira em oferta de empregos (13,3%) face à ocupação em Serviços (71%) e mesmo em Agricultura (15,7%). A hipótese explicativa relaciona-se à “desindustrialização” quanto à Indústria de Transformação, porém com substituição de seu valor agregado pelos da Indústria Extrativa (mineral com Vale e petróleo com Petrobras), da Indústria de Construção e dos Serviços de Utilidade Pública (como Energia Elétrica). A **Indústria Geral** pouco alterou sua contribuição percentual ao valor agregado anualmente. Porém, a Indústria de Transformação oferece proporcionalmente mais empregos do que essas outras.

Embora a força de trabalho brasileira dependa muito dos empregos gerados em Serviços Urbanos, no ranking das quinze maiores economias, nesse quesito, a do Brasil se coloca em posição intermediária (8^{a.}), aliás a mesma do seu PIB por Paridade do Poder de Compra. Como vimos, *as participações da Agricultura no Brasil, assim como nos outros países emergentes do BRIC e no México, seja em valor agregado, seja em ocupação, ainda é o maior diferencial em relação às economias dos países de “capitalismo maduro”*.

Na realidade, *as maiores características dos países emergentes estão em suas Agriculturas e Indústrias*. As economias europeias e norte-americanas se destacam agora em Serviços. O Brasil está no limiar de entrar nesse agrupamento com a elevação de suas participações nessas atividades urbanas.

Não é mais um país de industrialização nascente. Sua população já emigrou do campo para as cidades. Talvez por isso esteja em uma “crise de meia-idade”, isto é, uma *crise de desenvolvimento psicológico*, quando se tem de decidir que rumo tomar, crescer menos, porém com estabilidade... Devagar e sempre...